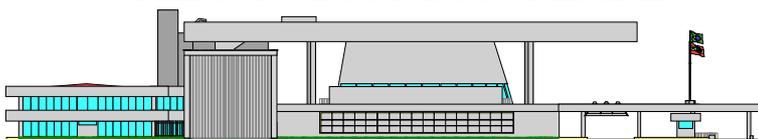


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 31 DE MARÇO DE 2011

NÚMERO 6.265

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Angela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2265 EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 021ª Sessão Ordinária realizada em 29/03/2011 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 18</p> <p>Publicações Diversas Atas da Procuradoria..... 19 Ata de Comissão Permanente.. 19 Aviso de Licitação 20 Edital..... 20 Extratos..... 20 Ofícios..... 20 Portarias..... 21 Projetos de Lei 28</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a passagem do Dia Internacional da Micro e Pequena Empresa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradece ao governador a atenção dada ao planalto norte catarinense.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda o tema segurança pública e cita estatísticas que revelam o aumento de homicídios no estado.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Informa a disposição do secretário de resolver as questões da Segurança Pública.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Geraldo Reiberg, Nilton da Silva e José Kozoriz, de Santa Terezinha.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença de Mauro Dauernheimer, de Cunha Porã.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Comemora a inauguração do Instituto Federal em São Miguel d'Oeste.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Pede a suspensão da sessão para a apresentação da Festa do Milho Verde, em Santo Amaro da Imperatriz.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Solicita a suspensão da sessão para o pronunciamento da FCDL.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Afirma que as péssimas estradas federais, a oferta insuficiente de energia elétrica e a demora nas obras do porto de Imbituba e do aeroporto de Jaguaruna impedem o desenvolvimento econômico do sul catarinense.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Comemora a entrega de apartamentos aos atingidos pelas cheias em Blumenau em 2008; repercute a matéria divulgada no *Fantástico* sobre a aquisição de drogas nas estradas brasileiras.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Manifesta satisfação pelas famílias beneficiadas.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Expressa seu pesar pelo falecimento de Nereu Guidi e José Alencar.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Elogia a atuação da Alesc diante do impasse pela publicação de consultas da Anvisa que preveem restrições ao fumo.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Externa satisfação do extremo oeste catarinense com a atuação da Alesc.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Comenta ações do governo do estado na área da Segurança Pública no oeste do estado.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Manifesta apoio às ações visando a aumentar a segurança no oeste de SC.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Critica a intenção do estado de passar a gestão dos hospitais públicos para OS.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comunica a morte do ex-deputado Nereu Guidi.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Refere-se ao falecimento do ex-deputado Nereu Guidi e do ex-vice-presidente José Alencar; comenta declarações racistas do deputado Jair Bolsonaro.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Ratifica convite para audiência, em Brasília, da Frente Parlamentar de Combate às Drogas.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Convida para uma audiência pública da comissão de Saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece comentários sobre a audiência pública que tratou do atraso nas obras de duplicação da BR-101/sul.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Parabeniza a FCDL pela apresentação do relatório de atividades.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Convida para reunião da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Enaltece o trabalho da FCDL.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença de alunos do curso de Direito da ACE, de Joinville.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Ressalta a importância da parceria entre o Poder Legislativo e a FCDL.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Em nome da bancada do PT, cumprimenta a diretoria da FCDL.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Augura votos de êxito à FCDL.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Solicita que a Presidência comunique sua ausência em evento em Blumenau.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Afirma que o caos nas rodovias federais é tema recorrente de seus pronunciamentos e exorta à mobilização do Fórum Parlamentar Catarinense para pressionar a ANTT.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Critica a ação das agências nacionais.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Refere-se à audiência já marcada com o ministro dos Transportes.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Aponta problemas no pagamento dos salários dos professores da rede pública estadual.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - comemora a inauguração sexta do IF em São Miguel d'Oeste; anuncia a reinstalação da Frente Parlamentar das Ferrovias.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Menciona a 21ª Romaria Penitencial a Frei Bruno, em Joaçaba; reporta-se ao Encontro dos Vereadores de Santa Catarina promovido pela Uvesc.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Pede união da representação catarinense federal e estadual para pressionar pela conclusão da duplicação da BR-101/sul.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Reclama da falta de respeito do DNIT com Santa Catarina.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Cobra do governo federal a construção do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pede a reedição da Frente Parlamentar em Defesa da Grande Florianópolis para deliberar sobre o drama da mobilidade urbana.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se às obras rodoviárias federais em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas registrar que hoje, dia 29 de março, em virtude de uma lei aprovada nesta Casa, é considerado o Dia Estadual da Micro e Pequena Empresa.

Quero, sr. presidente, dar parabéns a todas as micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina, que geram emprego e renda para milhares de famílias do nosso estado.

Então, neste dia 29 de março, parabéns a todas as associações de micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina, principalmente a Ampe, de Blumenau, que comemora 27 anos de existência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro da importância da criação da lei da micro e pequena empresa.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é com satisfação que assomamos à tribuna na tarde de hoje para falar sobre o planalto norte.

Como representante do planalto norte estivemos, no dia de ontem, na cidade de Canoinhas, juntamente com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que representava, na ocasião, o governador Raimundo Colombo, juntamente com o secretário da Saúde, dr. Dalmo, onde tivemos uma reunião de trabalho importante no Hospital Santa Cruz, para verificar as dificuldades da nossa região e mostrar às autoridades que realmente temos necessidade de uma atenção especial.

O planalto norte é uma região que recebe um ICMS diferenciado, ou seja, menor do que as outras regiões. Por isso precisamos rever essa questão para ajudar no desenvolvimento dos municípios que têm um IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - menor.

Naquela oportunidade, ocorreu a posse do novo secretário de Desenvolvimento Regional de Canoinhas, Argos Burgardt, solenidade que contou com a presença dos prefeitos Leoberto Weinert, de Canoinhas; Renato Stasiak, de Porto União; Eloi José Quege, de Três Barras; Adelmo Alberti, de Bela Vista do Toldo; Israel Kiem, de Major Vieira, e Wanderlei Lezan, de Irineópolis. Foi uma posse concorrida, que lotou as dependências da Câmara Municipal de Canoinhas.

Acreditamos que a SDR de Canoinhas, comandada pelo secretário Argos Burgardt, responderá aos nossos anseios, fazendo com que o planalto norte desenvolva-se redobradamente.

É importante lembrar que tivemos a representação de todos os vereadores do planalto norte, assim como a presença do presidente da Associação Comercial e de outras instituições civis, inclusive de moradores.

Eduardo Pinho Moreira é uma pessoa importante para o PMDB, partido que, em anos passados, teve grandes turbulências na sua trajetória, mas sempre dentro da democracia. Basta recordarmos a escolha do candidato ao governo do estado, numa prévia em que concorreram Eduardo Pinho Moreira e Dário Berger. O grande vencedor foi Eduardo Pinho Moreira, que depois, por questões políticas, em função da tríplice aliança, desistiu da candidatura e foi lançado como candidato a vice-governador na chapa vitoriosa de Raimundo Colombo.

Mas quero, na verdade, referir-me ao crescimento, ao desenvolvimento do planalto norte. Temos a Rigesa, uma empresa de celulose de papel, que está dobrando o seu faturamento, ou melhor, dentro das empresas específicas de celulose é o maior investimento feito no mundo. E fica no município de Três Barras, que hoje vai receber um investimento de U\$ 480 milhões, o que faz com que os trabalhadores ocupem empregos de alta tecnologia, porque a Rigesa é uma empresa que opera com grandes máquinas. Por isso, temos certeza de que teremos funcionários qualificados especificamente para essa empresa. O número de será de mais 150 na operação da fábrica, mas na construção dela serão utilizados mais de 2.000 empregados, o que significa que teremos um grande investimento, uma grande revolução social na região.

Por ordem do governador Raimundo Colombo, o município de Três Barras foi autorizado a contratar, junto ao Badesc, R\$ 4,5 milhões para infraestrutura, seja na compra de equipamentos, de máquinas, seja no calçamento ou no asfaltamento. Essa foi uma decisão do governador Raimundo Colombo, a quem agradecemos por sua eficiência e agilidade no momento de decidir, na grande reunião de quinta-feira passada, que contou também com a presença do prefeito Eloi José Quege e com a direção da Rigesa, ou seja, os diretores Tsunoda, Schmelzer, Itsuro e Süssenbach.

Quero agradecer ao governador Raimundo Colombo pela criação de um posto policial no município de Três Barras, a fim de proteger a população, fiscalizar e fazer com que as pessoas tenham, sim, mais segurança pública.

Agradeço ainda ao governador o encaminhamento dado à questão da perimetral de Três Barras, que terá mais ou menos 4,5km de asfalto. Sua excelência sinalizou positivamente para que a construção dessa perimetral seja feita pela Rigesa, com posterior acerto com o governo do estado.

Então, estamos satisfeito com o governador Raimundo Colombo pelo atendimento à nossa região. E quero dizer a v.exas. que nesse episódio todo do planalto norte temos somente que agradecer. E como o agradecimento é a virtude que mais nos aproxima de Deus, gostaria de dizer que a presença, ontem, de Eduardo Pinho Moreira e do secretário Dalmo Claro de Oliveira foi muito importante para a posse do secretário Argos Burgardt.

Parabéns à secretaria do Desenvolvimento Regional de Canoinhas! Parabéns aos prefeitos e à comunidade.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Nós, parlamentares, temos um desafio pela frente. Não só os parlamentares, mas o governo do estado de Santa Catarina, que quer estruturar a Segurança Pública deste estado. O governo, sr. presidente, tem a obrigação de zelar pela paz e pela tranquilidade da nossa gente, que hoje vive com medo, assustada e angustiada. Eu posso dizer, srs. deputados, sras. deputadas, que somos prisioneiros em nossas próprias casas.

É preciso, sim, um esforço conjunto de todos os entes da união, tanto federais, quanto estaduais e municipais, para minimizar a situação caótica e temerária que coloca este estado no *ranking* vergonhoso de extrema periculosidade. Pasmem! Um homicídio a cada oito horas, conforme foi veiculado pela imprensa recentemente, é um dado estarrecedor!

É preciso adotar medidas urgentes de combate à violência e dotar o estado de segurança. A Segurança Pública deve estar à disposição e na defesa da população. O estado nos mantém à deriva no momento em que o efetivo da Segurança Pública está praticamente estagnado nos últimos dez anos.

Eu pensei, srs. deputados, sras. deputadas, que este governo que ora se inicia já viria com uma medida pronta para reverter esses números, mas vejo que a minirreforma ou readequação de algumas secretarias veio somente para criar mais 231 cargos comissionados neste governo, não para resolver o problema da nossa gente; veio para acomodar algumas pessoas que trabalharam na campanha de Raimundo Colombo.

Apenas para exemplificar a questão da Segurança Pública, no efetivo da Polícia Civil da capital há um policial para 980 habitantes. Em Blumenau, deputado Ismael dos Santos, há um policial para cada 4.600 habitantes. E aí nem com milagre, deputado Ismael dos Santos, teremos tranquilidade em nossas cidades.

No caso da Polícia Militar, a proporção da capital é de um policial para 460 habitantes. Em Blumenau é de um policial para cada 1.090 habitantes. E v.exa. sabe, deputado Ismael dos Santos, que aquele quartel da Polícia Militar não atende somente a cidade de Blumenau, mas também as cidades circunvizinhas.

Antes dessa situação, diversos segmentos da comunidade, juntamente com o Ministério Público, realizaram um ato público na escadaria da catedral de

Blumenau no último dia 24 de março. A Câmara de Vereadores também esteve presente. O movimento buscou sensibilizar as autoridades constituídas para o caos, a violência e o temor que vive a população. Na mesma ocasião, srs. parlamentares, foram colhidas diversas assinaturas num abaixo-assinado, que tem o condão de ingressar com uma ação civil pública contra o estado pela falta de segurança que a região do médio vale do Itajaí está vivendo.

No caso específico de Blumenau, há cerca de 880 presos para 471 vagas no presídio regional, além do agravante de que apenas seis agentes penitenciários estão fazendo o plantão carcerário, ou seja, há somente seis pessoas para tomar conta de 884 presos. Assim, o risco é enorme, sem falar nos problemas advindos da superlotação, tais como a falta de higiene, as fugas constantes e os maus tratos.

Aquele presídio foi reinaugurado no final do ano passado, pelo governador Pavan, como de segurança máxima. Contudo, em janeiro já houve a fuga de diversos presos. Ora, num presídio de segurança máxima não era para fugir nenhum preso!

Na questão da violência doméstica, além do caso recente ocorrido em Florianópolis, em que uma moça foi agredida pelo namorado dentro de um elevador, somam-se os homicídios de Blumenau, nove neste ano, a morte de uma jovem de forma cruel e nefasta no último final de semana.

Por isso, temos sido voz constante na solicitação de implementação da Lei Maria da Penha, seja na criação e instalação de varas especiais, seja na habilitação de delegacias para receberem tais denúncias, além, é claro, de casas abrigos para receber as mulheres e crianças que têm a segurança e a vida ameaçadas. Essa é uma posição da bancada feminina desta Casa."

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Muito obrigado, sra. deputada.

Quero parabenizá-la pelo pronunciamento, pois de fato é uma preocupação a questão da segurança pública no vale do Itajaí.

Gostaria de dizer que temos mantido contato com o comando-geral da Polícia Militar e o secretário da Segurança Pública se comprometeu a estar, na próxima segunda-feira, na Acib, a fim de levar algumas propostas e respostas às nossas demandas. Há o compromisso, inclusive, de colocar, no dia 18 de junho, 39 novos policiais militares nas ruas de Blumenau.

Concordo com v.exa. que, além da questão das drogas, esse é nosso papel. E precisamos de fato colocar em ação a receita para solução dessa problemática, que não é outra senão a composição de dois ingredientes: pressão e ação.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Srs. deputados, a minha indignação é porque Blumenau há muito tempo vem pedindo e não está sendo atendida. Estamos

aqui discutindo essa readequação dos 231 novos cargos comissionados e eles querem mandar somente 39 policiais para Blumenau?! Não podemos aceitar isso, porque precisamos aumentar o efetivo.

(Continua lendo.)

"Sras. deputadas e srs. deputados, vou citar alguns números porque eles são reveladores dessa cruel realidade: a cada 46 minutos uma mulher é vítima de violência doméstica neste estado. Em Santa Catarina, somados os casos de homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal, estupro e tentativa de estupro, foram registrados 2.587 crimes em 2011.

A cada dois minutos cinco mulheres são espancadas no Brasil. Diante dessa realidade, nós, parlamentares, temos a obrigação de conclamar o governo do estado, através das autoridades legalmente constituídas, a dar um basta nessa situação.

Nosso sistema penitenciário está no limite, com quase 15 mil presos e um déficit de cerca de 6.000 vagas. Mas tenho insistido na seguinte questão: é preciso investir na prevenção! É preciso implantar políticas públicas voltadas às crianças, aos jovens e aos adolescentes, para não permitir que a rua seja o seu lar, pois a drogadição e a violência espreitam as novas vítimas.

A questão da drogadição é um assunto que precisa ser tratado com a importância devida! A exemplo do governo federal, em seu Plano de Enfrentamento e Combate ao Crack e outras Drogas, lançado no ano passado pelo então presidente Lula, precisamos de ações de prevenção, repressão e tratamento dos dependentes químicos. Basta lembrar que 70% dos que cumprem pena nos presídios estão lá por terem cometido crimes relacionados ao tráfico de drogas e outros porque agiram sob o efeito maléfico das drogas.

Por isso, a Segurança Pública não pode restringir-se a construir novos presídios, a aumentar o efetivo policial; ela tem que combater o mal pela raiz, através de um trabalho minucioso e consistente de educação, prevenção e tratamento quando necessário.

Esse é um assunto que não pode e não deve ser adiado. É urgente e vital, porque todos nós estamos à mercê da violência desenfreada que vitimiza crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de registrar, com alegria, a presença nesta Casa dos vereadores de Santa Terezinha: Geraldo Reiberg, Nilton da Silva e José Kozoriz.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Antônio Aguiar, esta Presidência também registra com muito prazer a presença do vice-prefeito de Otacílio Costa,

João Pedro Velho, o popular Tibúrcio; da secretária de Educação, Eliane, além de Sandra Derli, Eugênio Debarba e Luiz Carlos.

Sejam bem-vindos, amigos do município de Otacílio Costa.

Também queremos registrar a presença dos companheiros Arli Rauber e Casildo Montac, de Ipumirim, desejando-lhes uma boa estada nesta Assembleia e na capital do estado.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero registrar a presença de Mauro Dauernheimer, que foi o chefe de licitações no tempo em que fui prefeito do município de Cunha Porã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feitos os registros, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISERRA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, aproveito este momento para colocar para a sociedade catarinense algo que tem sido motivo de orgulho para o extremo oeste de Santa Catarina. Trata-se de mais um grande investimento em São Miguel d'Oeste, pois na última sexta-feira foi entregue à população do município e da região um centro de capacitação, de profissionalização, um instituto federal, fruto de uma parceria entre o governo federal e a prefeitura municipal.

De maneira muito forte o governo federal tem feito um extraordinário investimento nesses institutos federais, que têm uma nova característica: a autonomia financeira para desempenhar as atividades inerentes à capacitação, ao treinamento.

Quero engrandecer exatamente essa iniciativa que se deu a partir do governo do presidente Lula, mais especificamente depois de 2005, quando houve um aumento extraordinário da implantação de institutos federais em diferentes regiões do estado e do país. Só em Santa Catarina, além da reforma e da restauração de três centros, houve a construção de mais 13, que já foram entregues às comunidades de diferentes regiões do estado. Além disso, há mais dois, um em Garopaba e outro em São Carlos, que deverão ser entregues até o final de 2011.

Precisamos reconhecer a importância deles na capacitação e na qualificação não só dos jovens, mas de todas as pessoas que enfrentam o mundo do trabalho. Com o avançar dos tempos, há uma exigência cada vez maior na qualificação do quadro funcional das empresas. E o instituto tem essa grande função, ou seja, qualificar as pessoas não apenas como mão de obra, mas para a vida, para enfrentar as adversidades que aparecem a cada momento.

Só o centro de São Miguel d'Oeste atenderá, do extremo oeste, mais de 1.200 jovens, que frequentarão os diferentes cursos voltados à realidade regional.

Eu participei do processo de implantação do instituto federal em São Miguel d'Oeste desde o início e faço questão de destacar que houve a participação decisiva da então senadora Idelei Salvatti, hoje ministra da Pesca e Aquicultura, para que ele se tornasse realidade.

O segundo aspecto importante, além do instituto federal que foi entregue à comunidade, é que hoje vários movimentos pastorais, sociais e lideranças comunitárias estiveram reunidos no extremo oeste para retomar o debate acerca do *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina no extremo oeste.

Nós temos uma agenda já definida e queremos não somente retomar essa discussão, como fazer com que o extremo oeste catarinense realmente seja contemplado com um *campus* da UFSC na região que faz fronteira com a Argentina e com os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

É um debate, sem dúvida alguma, muito importante, porque o extremo oeste do nosso estado foi pioneiro na discussão nos anos 80, através dos movimentos sociais, discussão essa que foi retomada nos anos 90. Agora, em pleno século XXI, com mais empenho e determinação, todos estarão na rua debatendo, chamando as lideranças e a população para que de fato um *campus* da UFSC seja implementado no extremo oeste de Santa Catarina.

Nós estaremos juntos nessa luta e nessa caminhada, pois sabemos da importância desse *campus* naquela região, até por ter sido pioneira nas discussões com relação à extensão do ensino superior público em nossa região e em todo o estado catarinense.

O governo federal muito tem feito, mas com certeza tem muito ainda a fazer, a caminhar, a construir, e isso terá mais fundamentação com a participação e o envolvimento de toda a sociedade.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, estamos nos aproximando da realização de mais uma Festa do Milho Verde, em Santo Amaro da Imperatriz.

Apresentamos um requerimento, com a concordância dos srs. líderes, para que o presidente do sindicato rural daquela cidade, a rainha e as princesas pudessem vir hoje a este plenário fazer a apresentação da festa, bem como brindar os srs. deputados.

Em virtude disso, solicito a v.exa., sr. presidente, atendendo ao exposto no referido requerimento, a suspensão da sessão por dez minutos, antes do horário destinado aos Partidos Políticos, a fim de fazermos a apresentação da rainha e das princesas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Consulto os srs. líderes para saber se concordam com o pedido do deputado Marcos Vieira. Se não houver objeção, suspenderemos a sessão por dez minutos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, há, sobre a mesa, outro requerimento que assinamos hoje pela manhã, pedindo também a suspensão da sessão por dez minutos. Então, há dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Temos aqui dois requerimentos: um para a participação da FCDL e outro com a solicitação do deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Podemos atender às duas solicitações após o horário destinado aos Partidos Políticos, deputado Marcos Vieira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - É importante que haja acordo de lideranças, srs. deputados.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - De nossa parte, não há problema em parar agora ou parar depois.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Eu até concordaria em atender as duas solicitações depois do horário destinado aos Partidos Políticos, mas é que as moças têm que voltar para Santo Amaro da Imperatriz no exato instante em que terminarem os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Pedimos a compreensão do deputado Dirceu Dresch e deixaremos a segunda suspensão da sessão para depois do horário destinado aos Partidos Políticos.

Srs. deputados, recebemos agora a informação de que acaba de falecer o ex-vice-presidente da República, o grande companheiro José Alencar.

Assim, pedimos um minuto de silêncio a esta Casa.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Queremos comunicar que também faleceu na data de hoje o ex-deputado Nereu Guidi, natural de Criciúma, filho de Pedro Guidi e de Olívia Guidi.

Enviamos as condolências da Assembleia Legislativa às famílias dessas duas grandes figuras públicas, uma do estado catarinense e outra de Minas Gerais, mas que alcançou reconhecimento nacional.

Gostaríamos que o deputado Marcos Vieira conduzisse até a tribuna os representantes da Festa do Milho Verde, de Santo Amaro da Imperatriz, para que possam manifestar-se.

Está suspensa a presente sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campanha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero, inicialmente, registrar a presença, nesta Casa, dos empresários Janio Margutti e João Batista Freitas Coelho, de Sombrio.

Também quero registrar a presença neste plenário do suplente de vereador, Fernando da Silva, que é da lagoa da Conceição.

Sr. presidente, gostaria de trazer a esta tribuna uma grande preocupação com o desenvolvimento regional do sul do estado. A coluna *Pelo Estado*, que é produzida pelos jornais diários do interior, trouxe, na última semana, uma série de valores, de citações de investimentos que estão acontecendo e que são projetados por grandes empresas que se estão instalando e ampliando no estado.

Cito, como exemplo, a Siemens, que irá investir em Joinville R\$ 30 milhões; a GM fará um investimento de mais R\$ 350 milhões também em Joinville; Lages vai receber uma grande empresa de *call center*, além de outras que irão gerar mais de 300 novos empregos. Também em Lages será instalada uma fábrica com nova tecnologia na produção de lâmpadas, o que vai gerar mais de 100 novos empregos. A Randon está projetando grandes investimentos em Santa Catarina e a Rigesa, que já foi citada aqui pelo deputado Antônio Aguiar, está fazendo grandes investimentos no norte do estado e no planalto norte.

Segundo dados da secretaria da Fazenda, somente em 2010 92 empresas buscaram informações para iniciar atividades em Santa Catarina, resultando, por enquanto, em investimentos em torno de R\$ 3 bilhões e mais de 12 mil empregos diretos. Até março de 2011 já temos 87 novos processos de empresas que estão candidatando-se a instalar-se em nosso estado, segundo dados do Pró-Emprego, indicando que nos próximos anos a economia catarinense deve sofrer um novo ciclo de crescimento e diversificação de suas fontes.

A preocupação que fica para quem é do sul do estado, de Criciúma, de Tubarão e de Araranguá, é que não há nenhuma notícia sobre investimentos para a nossa região. As últimas foram a fábrica da Votorantin, localizada em Imbituba, que está sendo construída, e Aliance, que é uma fumageira que será inaugurada amanhã, em Araranguá, que não poderá operar com toda a sua capacidade.

É claro que a economia do sul cresce e as empresas já estabelecidas ampliam o seu trabalho, o número de empregos, mas nada comparado com o impacto que a General Motors, que a Siemens e outras empresas provocam na economia de uma região, com novas tecnologias e com dinheiro novo circulando.

O que falta no sul, para que também possa receber esses investimentos, é logística, é infraestrutura. Vejam bem o que está acontecendo com a BR-101/sul, são mais de 20 anos de luta; a demora das obras no porto de Imbituba, pois somente

agora estão saindo do papel; a demora na construção do aeroporto de Jaguaruna, pois já lá se vão mais de dez anos e ele ainda não está pronto.

Então, tudo isso tem atrasado, e muito, o desenvolvimento do sul estado. Cidades como Sombrio, Turvo, Meleiro ainda não são atendidas por rede de gás. De Criciúma para baixo, a pequena oferta de energia elétrica tem impedido que grandes empresas lá se instalem. Mas o que faz a Celesc? Nada! Já há indústrias trabalhando meio período por falta de energia elétrica.

Falta uma política bem feita para atrair investimentos para a nossa região. Isso é meio caminho andado. Precisamos que o governo do estado e o governo federal olhem para o sul de Santa Catarina com novos olhos. Precisamos recuperar o nosso Índice de Desenvolvimento Econômico e também o desenvolvimento social da nossa população. O nosso povo precisa e merece novos investimentos, porque não é justo que cidades deixem de receber novas empresas por falta de oferta de energia elétrica. O povo tem competência, temos um povo talentoso e trabalhador, mas a infraestrutura tem-nos deixado para trás na escala do desenvolvimento do estado.

Gostaria, no dia de hoje, de somar esforços com as associações empresariais, como a Aciva, dirigida pelo presidente Cláudio Damo; como a Acit, presidida por Eduardo Silvério Nunes, de Tubarão; como a Associação Empresarial de Criciúma, presidida por Olvacir Fontana, para chamar a atenção do governo do estado e também do governo federal para a morosidade nas obras de infraestrutura e para que direcionem novas empresas para o sul do estado, para que não haja um novo ciclo de desenvolvimento em outras regiões, ficando a nossa região para trás mais uma vez. O nosso povo, a nossa região quer e precisa de um novo olhar; precisamos que o governo do estado olhe para nós como um novo potencial a ser desenvolvido e que as nossas obras saiam do papel e sejam executadas com maior rapidez, ou seja, na mesma velocidade que acontece em outras regiões.

Não é justo que o povo pague a conta pela falta de preparo, de prioridade dos governos de Santa Catarina. Tivemos um atraso nos últimos oito anos e temos a grande expectativa de recuperar esses investimentos agora, com o governador Raimundo Colombo e também com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

A nossa grande expectativa é sermos prioridade nos próximos anos em termos de investimento, visando a geração de empregos e a instalação de novas empresas no sul de Santa Catarina.

Agradeço, sr. presidente, a oportunidade e agradeço a todos pela audiência!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, inicialmente gostaria de registrar, juntamente

com a deputada Ana Paula Lima e com o deputado Jean Kuhlmann, a entrega das chaves de 160 apartamentos para os atingidos pela tragédia de 2008 na cidade de Blumenau. Foi uma longa espera, mas finalmente a parceria entre prefeitura e Caixa Econômica Federal funcionou e na última sexta-feira pelo menos 650 pessoas passaram a ter um endereço digno no Residencial Hamburgo, que fica numa belíssima área na região de Badenfurt.

Quero, neste momento, parabenizar o secretário Mário Hildebrandt e os técnicos da pasta de Assistência Social e o prefeito João Paulo Kleinübing pela determinação nesse projeto, em especial na aquisição dos terrenos. Quero parabenizar também a Caixa Econômica Federal, através de seus técnicos, que deram toda assessoria ao longo dos últimos dois anos. Parabenizo ainda o governo federal que, através da CEF, proporcionou esse financiamento no valor de R\$ 7 milhões.

Esteve presente na inauguração dessa obra o ex-deputado federal Cláudio Vignatti, secretário Especial de Relações Institucionais da Presidência da República. No próximo mês mais 96 famílias vão receber seus apartamentos, somando um total de 1.824 imóveis que serão entregues às famílias que passaram pela tragédia de 2008 no vale do Itajaí.

Fica aqui registrada a nossa satisfação com o empenho do governo federal e do governo municipal para entregar esses 160 apartamentos na última sexta-feira, na cidade de Blumenau. Inclusive, tenho em mãos o *Diário Catarinense* que estampa uma foto dos apartamentos, que ficaram realmente muito bonitos, pois receberam um tratamento todo especial. Foi vitoriosa, portanto, a parceria estabelecida entre a Caixa Econômica Federal e a prefeitura de Blumenau!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, foi uma alegria muito grande para o povo de Blumenau e para o povo catarinense a entrega desses apartamentos na última sexta-feira, dia 25 de março. Foi uma obra construída exclusivamente com recursos do governo federal, pois até os recursos para a compra do terreno veio da união. No próximo dia 7 de abril vai haver outra entrega e no dia 15 também.

O que temos que averiguar com a prefeitura é que foram comprados três terrenos que não estão adequados ao dinheiro depositado pelo povo brasileiro na conta de Defesa Civil Estadual.

Então, foi muito bom estar lá e ver a alegria das pessoas que agora têm endereço certo e um teto para abrigar suas famílias.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Perfeitamente, deputada Ana Paula Lima, é um projeto mais amplo, pois o total é de 1.824 apartamentos, construídos através de uma parceria da prefeitura com a Caixa Econômica Federal para famílias que têm renda de até R\$ 1.395,00.

Srs. deputados, todos acompanhamos, até espantados, deputado José Nei Ascari, a reportagem que o *Fantástico* exibiu sobre a venda de entorpecentes na BR-101. Foi uma pequena reportagem de um minuto, que gostaria que a nossa assessoria reproduzisse para dar oportunidade de assistir àqueles que não viram anteriormente. Essa reportagem foi exibida no último domingo, no programa *Fantástico*, em rede nacional, sobre a situação dos entorpecentes em Santa Catarina.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Enquanto exibimos as imagens que foram captadas pela internet, quero dizer que como coordenador da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas realmente ficamos preocupado com a questão da venda de drogas a caminhoneiros na BR-101, em postos de combustíveis, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que é daquela região e tem acompanhado também essa situação.

Pelas imagens pudemos perceber a facilidade com que os traficantes atuam na região, deputado Kennedy Nunes, inclusive, como dizia a reportagem, vendendo a droga para ser paga até com cartão de crédito, deputado Maurício Eskudlark. A que ponto chegamos! Vender cocaína com cartão de crédito na BR-101!

A deputada Ana Paula Lima falava aqui sobre a questão do efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil, mas em relação à Polícia Rodoviária Federal também temos que alertar para o pequeno efetivo, porque temos 2.400km de rodovias em Santa Catarina e apenas 500 policiais rodoviários federais para atender toda essa malha viária. Precisariamos, no mínimo, de 800 policiais rodoviários federais para essa ação fiscalizatória.

Por isso, estaremos iniciando, ainda no mês de abril, uma série de audiências no estado de Santa Catarina, pelo menos em seis polos, para discutir a questão do tráfico de drogas e do amparo das ONGs na reabilitação dos dependentes químicos, fazendo, sim, o nosso trabalho na prevenção, na reabilitação, mas também na repressão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro, sei que a Presidência também já registrou, do falecimento do meu amigo de juventude, de infância, o ex-deputado Nereu Guidi. Queria dizer da minha dor, do meu sentimento, porque não conheci Nereu Guidi apenas como deputado, tínhamos laços de família.

Também quero anunciar e prestar a minha homenagem a um homem que aprendi a admirar, o vice-presidente José Alencar.

Diante essas tragédias, só nos resta agradecer a Deus a vida que temos e

desejar que eles descansem na luz do Senhor.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputada Ada De Luca, o registro de v.exa. referenda mais uma vez a importância dessas figuras públicas para o estado de Santa Catarina. Que nos representem bem em outro segmento da vida!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 12 minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é uma satisfação voltar a esta tribuna para prestar contas do nosso trabalho diante da comissão de Agricultura e Política Rural, até porque todas as atividades que fizemos no Parlamento temos que dar ciência à sociedade catarinense.

Saúdo v.exa., sr. presidente, os membros da Mesa, os srs. deputados, as sras. deputadas, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e os telespectadores da TVAL, um dos assuntos que tem movimentado todos os debates nos últimos 60 dias é a questão das Resoluções n.s 112 e 117 da Anvisa.

A partir de 23 de fevereiro tomamos uma série de atitudes para apreciação da comissão de Agricultura e Política Rural, na qual havia uma sugestão para provocarmos uma mobilização através de uma audiência pública em Santa Catarina. Também participamos como parceiros das audiências públicas realizadas nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, além daquela levada a efeito pelos deputados federais das três bancadas do sul do país.

Pois bem, a nossa audiência foi realizada com sucesso nesta Casa, no último dia 14 de março, e nela envolvemos quase mil participantes, através de um trabalho muito forte feito pela Fetaesc - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Santa Catarina -, que representa os agricultores no estado; pelos sindicatos rurais, pelos sindicatos patronais e pelas empresas que parceiras.

Juntamente com os parlamentares da comissão de Agricultura e Política Rural, entre os quais cito os meus queridos amigos José Milton Scheffer, Joares Ponticelli e Darci de Matos, fizemos uma visita de cortesia à audiência pública realizada no estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na cidade de Santa Cruz do Sul, que teve a participação de mais de três mil agricultores.

Como resultado de todo esse trabalho de envolvimento, sugerimos à Câmara Federal, através dos nossos deputados federais, que fizéssemos um encontro em Brasília envolvendo a Anvisa, os ministérios da Saúde, da Indústria e Comércio e do Desenvolvimento Agrário. E acatando a nossa sugestão, a comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal, no último dia 22 de março, realizou, na sala da comissão de Constituição e Justiça, uma audiência pública envolvendo todos esses atores, em especial a Anvisa e os ministérios já citados.

Durante mais de seis horas de debate houve propostas favoráveis e contrárias à manutenção dessas resoluções que expiram no dia 31 de março. Após exaustivas discussões, chegou-se à conclusão de que as consultas públicas permaneceriam até o dia 31 de março e levar-se-ia a questão à Presidência da República, para que a presidente Dilma Rousseff se manifestasse sobre se serão colocadas em prática ou não.

Gostaria de fazer um grande agradecimento a todos os membros das comissões de Agricultura e Política Rural e de Finanças e Tributação desta Casa, pois fomos parceiros desde a ideia até a concretização, e também em todas as andanças Brasil afora, defendendo 180 mil famílias que vivem da cultura do fumo. Se não houvesse por parte de nossos pares o acatamento ao convite para participarem desse grande debate, com certeza não teríamos tido o êxito que tivemos, envolvendo um grande público em todas as audiências públicas de que participamos.

Mas diante de todo esse fato, o que nos chamou a atenção, lá em Brasília, durante a reunião na comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal, foi a desarticulação dos ministérios que compõem o governo federal, no sentido de serem a favor ou contra as resoluções. A Anvisa, fazendo o seu papel na defesa da saúde do povo brasileiro, dizia que as resoluções deveriam ser colocadas em prática; o ministério da Indústria e Comércio dizia que era contra em função dos valores pagos em impostos; o ministério do Desenvolvimento Agrário advogava a tese de que nenhuma outra cultura no Brasil tem uma renda tão segura para as famílias brasileiras, mostrava-se, portanto, contrário às resoluções da Anvisa.

Então, o importante é debater focado naquilo que realmente podemos levar como informação, como sugestão. Dessa forma, cito algumas sugestões acatadas lá em Brasília e que foram levadas de Santa Catarina, deste Parlamento.

Das duas sugestões acatadas, uma foi proposta pelo deputado José Milton Scheffer e prevê o seguinte: a partir do momento em que se determine a não-produção de tabaco, que se crie um fundo por um período de cinco a dez anos, destinado a financiar alternativas para a sobrevivência dos fumageiros. Evidentemente, que se tivermos um fundo por quatro, cinco, seis, dez anos, teremos, com certeza, algum produto que dê renda às mais de 180 mil famílias. Então, essa foi uma ideia que surgiu no Parlamento de Santa Catarina.

A outra ideia, de minha autoria, é que não basta estarmos lá em Brasília discutindo as resoluções da Anvisa, pois o governo e seus ministérios estão totalmente desarticulados, como vimos naquele dia. E a minha sugestão foi que a Presidência da República definisse a criação de um grupo de trabalho, composto pelos vários ministérios envolvidos, a fim de que, a partir daquele momento, fizesse um estudo, uma pesquisa e um planejamento. Após essa

etapa, aí, sim, voltaríamos a discutir a questão com a sociedade brasileira.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Concedo um aparte ao nobre deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Quero aproveitar, deputado Aldo Schneider, e trazer o que é voz corrente no extremo oeste catarinense, com relação às considerações dos pequenos agricultores ao trabalho deste Parlamento.

Já houve o reconhecimento dos avanços, pois todo mundo está sofrendo o impacto dessas duas medidas. Mas surge agora a discussão sobre o preço da arroba do fumo. Só que nós sabemos, e todo mundo sabe, que nenhuma empresa fumageira vai comprar esse produto, se não há como colocá-lo no mercado amanhã. É uma questão de economia, de mercado, de comercialização. Eu acredito que com a retirada das duas portarias o preço melhorará e, em consequência, extinguir-se-á o debate sobre o preço da arroba do fumo.

Então, parabéns à comissão de Agricultura e Política Rural. E trago as considerações do povo oestino, que está muito feliz com o trabalho do Parlamento catarinense.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado, deputado, pelas suas considerações.

Mas voltando a falar sobre as duas sugestões que Santa Catarina levou para o fórum, diria que cumprimos o nosso papel no aspecto de sugerir medidas que realmente avancem na busca de soluções para esse problema que aflige 180 mil famílias. Foi uma demonstração desta Assembleia Legislativa para todo o país de que a nossa presença nesta Casa estará sempre voltada à solução dos problemas da sociedade catarinense.

Começamos a articulação para a solução dessa questão no dia 23 de fevereiro, e gostaria hoje, ao concluir este meu pronunciamento, de dizer que todas as ações foram feitas com a participação da Assembleia Legislativa, representada pela comissão de Agricultura e Política Rural. Acho que a lição foi bem feita e com certeza ficará registrada nos anais desta Casa e da Câmara dos Deputados, em Brasília, a atuação forte da Assembleia Legislativa, no sentido de que nossas sugestões fossem acatadas pela comissão de Agricultura daquela Casa.

Gostaria também de agradecer aos seis colegas deputados que estiveram em Brasília, no último dia 22, participando desse grande evento em favor das 180 mil famílias brasileiras.

Muito obrigado, sr. presidente, pela oportunidade!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero aproveitar para me irmanar ao deputado Marcos Vieira, que recepcionou a rainha, as princesas e as lideranças da Festa do Milho Verde de Santo Amaro de Imperatriz.

Aproveito para registrar que hoje está na capital do estado a prefeita Luzia Lourdes Coppi Mathias, de Camboriú, fazendo o lançamento da Festa Rural daquele município.

Quero dizer também que conversei com os dirigentes da Associação Comercial e Industrial de Chapecó e com a deputada Luciane Carminatti sobre o jornal da Acic, do mês de março, que veicula uma manifestação, que é praticamente uma raridade nos momentos em que vivemos: "Segurança pública melhorou em Chapecó."

É difícil verificarmos isso, deputado Volnei Morastoni, mas nessa matéria sobre a segurança pública e a luta que tem sido para melhorá-la no estado de Santa Catarina, fala-se no aumento de efetivo.

Tivemos a oportunidade de acompanhar, deputada Luciane Carminatti, o trabalho e a implantação da delegacia da Efapi, que foi criada para atender a uma região que é maior, em população, do que 70% dos municípios de Santa Catarina e que melhorou muito a segurança na região.

Houve o compromisso, no final do governo de Luiz Henrique e de Leonel Pavan, de levar mais policiais civis para a região. Foram 25 novos policiais civis para Chapecó e com isso, tanto na área de investigação, quanto na de atendimento das delegacias, houve uma melhora.

Tudo isso foi fruto do trabalho conjunto da Associação Comercial e Industrial de Chapecó, das lideranças e entidades empresariais, dos Consegs e de muito diálogo com o secretário da Segurança Pública, com a chefia da Polícia Civil e com o comando-geral da Polícia Militar.

O jornal fala ainda de um compromisso do governador Raimundo Colombo, que ao receber o pedido de mais 100 policiais militares para Chapecó, de pronto determinou que na próxima escola de soldados, no mínimo 50 sejam designados para aquele município.

Hoje, inclusive, a deputada Luciane Carminatti nos falava da preocupação em manter esse ritmo, pois ainda não é o ideal, está longe disso, mas melhorou muito.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Muito obrigada, deputado Maurício Eskudlark.

Gostaria de registrar a nossa grande preocupação sobre esse assunto, pois já em fevereiro, quando assumimos nosso mandato nesta Casa, realizamos uma audiência com as entidades empresariais, Acic, Sicon e CDL, e todas manifestaram preocupação com relação à segurança pública.

É importante registrar que embora o governador tenha acenado com um efetivo

de mais 100 policiais para a nossa cidade, entre este ano e o próximo 24 policiais passarão para a reserva. Além disso, perdemos, nos últimos anos, em torno de 260 policiais. Então, a ida de 100 policiais novos para Chapecó não atenderá à demanda reprimida da cidade, pois é grande falta de efetivo nas ruas, nos bairros e no centro.

Portanto, quero reforçar o seu pedido e dizer que precisamos unir-nos quando o tema é segurança. V.Exa. está protocolando um pedido de audiência e eu de reunião de trabalho, vamos juntar as duas ações, pois quem ganhará, com certeza, será a população de Chapecó.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado pelo aparte e parabéns pelo trabalho que tem feito em defesa do nosso oeste.

Para finalizar este assunto, quero parabenizar o amigo João Carlos, presidente da Associação Comercial e Industrial, assim como todos os empresários que participam daquela entidade e que têm trabalhado na área de sua atuação, mas que estão preocupados também com ações em defesa de Chapecó e da região.

Quero destacar, além do trabalho da Polícia Civil, o comando regional do coronel Adelino Senem e, especialmente, de Benevenuto Chaves, que era comandante em São Miguel d'Oeste e agora o é em Chapecó, um comandante dinâmico, que colocou policiamento nas ruas e atua tornando a segurança visível, que é o que a população quer.

O deputado Ismael dos Santos falou aqui a respeito da divulgação de imagens sobre o tráfico de drogas em nosso litoral, o que tem sido uma constante preocupação. Essas ações da Operação Força-Tarefa, que já foram feitas em outras regiões, agora estão ocorrendo em Navegantes, cidade que também quer discutir as questões de segurança.

Queremos parabenizar a equipe do Bope de Itajaí pelas ações que tomou imediatamente após a divulgação dos fatos. Sabemos que o Bope já possui várias linhas de investigação, vários procedimentos em andamento, o que permite que, quase que diariamente, sejam efetuadas prisões de traficantes. Além disso, sempre que chega uma nova informação, uma nova denúncia, aquele batalhão tem rapidamente agido.

Então, precisamos é que o Congresso Nacional faça uma mudança na legislação, mas não para discriminalizar o portador, o usuário, como muitos querem, porque isso favoreceria o tráfico de drogas e a criminalidade. O traficante, que já usa o menor, que já usa as pessoas inocentes para o tráfico - não tão inocentes, porque já estão envolvidas -, vai poder ficar na porta dos colégios, dos locais onde se praticam esportes, comercializando pequenas quantidades de droga e ao ser preso dizer que é apenas usuário.

Então, o Congresso Nacional precisa abrir os olhos para o que efetivamente está ocorrendo no Brasil, no dia a dia das nossas cidades, caso contrário vamos

agir com muito rigor no combate ao tráfico de drogas, mas as ações policiais e todas as demais ações serão apenas como chover no molhado, se não houver uma mudança na legislação, tornando-s mais rigorosa.

Então, é importante que nos unamos nessa luta e que o Congresso Nacional faça a sua parte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, volto a esta tribuna para falar sobre a saúde e as organizações sociais.

No dia de ontem, com a presença do deputado Sargento Amauri Soares, participei de um seminário em Florianópolis, no Teatro Álvaro de Carvalho, sobre a saúde e as organizações sociais. O seminário foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Saúde da Grande Florianópolis e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Previdência Social de Santa Catarina. Participaram ainda representantes dos sindicatos de São Paulo e de Minas Gerais, além de uma professora da área social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Muitos servidores estiveram presentes - o teatro estava lotado - e isso se justifica porque vieram servidores não só dos hospitais de Florianópolis, mas do interior do estado, de Lages, de Joinville, de Mafra e de outros municípios. Servidores que estão ansiosos, aflitos, preocupados, querendo saber como vai ficar essa situação, uma vez que o governo do estado, inclusive em campanha e em mensagem que encaminhou à Assembleia Legislativa, manifestou a intenção de transferir a administração dos hospitais do estado para organizações sociais. O próprio secretário estadual da Saúde também tem, em reiterados momentos, manifestado essa intenção.

Essa experiência das organizações sociais da saúde na gestão de hospitais públicos não é nova, há muitos anos ela já vem sendo aplicada em vários estados e municípios, inclusive na atenção básica. Pergunto: que resultados essa experiência já apresentou? Por que esse assunto cada vez mais vem para a ordem do dia? Por que cada vez mais esse assunto está presente e vamos ter que nos debruçar sobre ele?

Os hospitais que ainda estão nas mãos do estado logo sairão e dezenas já foram transferidos para terceiros, como na cidade de Itajaí, onde desde a década de 70 a gestão do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen foi entregue para a iniciativa privada. E aquele hospital não atende apenas o SUS, também atende os planos privados e pacientes particulares. Já houve, inclusive, um plano privado próprio do Hospital Marieta Konder Bornhausen, que hoje não existe mais.

Temos nosocômios do estado, como o Hospital Infantil Joana de Gusmão, cuja gestão hoje é do próprio poder público, mas que por uma liminar da Justiça também tem que atender, além do SUS, convênios e particulares. Mas há hospitais do estado que atendem única e exclusivamente pacientes do SUS.

Como vamos enfrentar essa situação? O que já temos de experiência de outros estados que poderemos trazer à tona, como trouxe o seminário de ontem, que fez um balanço dessas experiências?

Sr. presidente e srs. deputados, terceirizar a gestão dos hospitais públicos é, na verdade, uma forma de privatização da saúde. O estado transfere o patrimônio para organizações sociais, entidades privadas, e repassa grandes volumes de recursos. São volumes vultosos! No começo tudo bem, de modo geral no começo tudo vai bem. O atendimento melhora, os custos diminuem, mas depois a situação se inverte, geralmente os custos aumentam e o atendimento cai. Começa, inclusive, a haver uma seleção no atendimento, uma preferência por atendimentos cirúrgicos e, dentre eles, por aqueles mais compensadores, mais lucrativos.

Há outros problemas também pelo Brasil afora, porque há os hospitais que trabalham com porta aberta e há os que trabalham com porta fechada. Porta aberta é quando a emergência está aberta para atender. Já porta fechada é quando, em determinada situação, se não há leitos disponíveis, se os leitos estão ocupados por qualquer razão, eles fecham a emergência. Quer dizer, são prerrogativas, são lógicas que vão aparecendo que fogem da lógica do SUS. O Sistema Único de Saúde tem uma lógica. O SUS nasceu da reforma sanitária. A reforma sanitária remonta de uma luta de inúmeros setores da vida brasileira, setores ligados à saúde e à melhoria geral da vida do povo brasileiro. Culminou com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, da qual nasceu o SUS propriamente dito. Depois os princípios foram incorporados na Constituição Federal.

Então, na medida em que o estado se declara incompetente para administrar a Saúde e transfere a responsabilidade para terceiros, na verdade não estamos resolvendo os problemas, estamos postergando-os, estamos adiando-os, mas não estamos resolvendo-os.

Existem dois problemas principais: a gestão de pessoas e a gestão administrativo-financeira do estado. Durante muitos anos o estado foi omissivo, negligente e relapso na questão de saúde. Por isso existem problemas acumulados de muitos e muitos anos. De qualquer forma, não é transferindo os problemas para terceiros que resolverão a questão, porque essas organizações sociais recebem sempre unidades prontas, zero quilômetro.

Vejamos o exemplo do Hospital Florianópolis, que está na fila como a primeira unidade a ser entregue para uma organização social. Podem transferir todos os servidores para uma organização social, mas ela passará a contratar pessoal ou

poderá receber a instituição com os próprios servidores.

Nós temos uma preliminar para resolver isso, ou seja, estabelecer uma política de valorização do servidor, que além das promoções por tempo de serviço e merecimento também premie por resultados. Se a secretaria da Fazenda tem um acordo de resultados, por que não podemos instalar em outros setores, inclusive na própria Saúde?

Então, além da educação continuada, os servidores precisam de um plano de cargos, um plano de carreira, em que determinados requisitos são fundamentais para trazer de volta a motivação, a vontade e a humanização dessas instituições.

Da mesma forma, há os problemas de gestão. Hoje o estado não dá nenhuma autonomia administrativo-financeira para as unidades hospitalares. Durante anos a fio o estado não se preocupou em formar quadros de elite para gestão hospitalar. A gestão hospitalar é uma gestão muito especializada, pois além de administrar a infraestrutura de hotelaria, também há todos os serviços de saúde, as ações, os procedimentos médicos de enfermagem, os procedimentos cirúrgicos, os procedimentos de alta complexidade.

Então, essas duas premissas precisam ser recuperadas pelo estado. E se os recursos são do estado, se o patrimônio é do estado, se o estado pode investir numa boa gestão de pessoal, com valorização e também formar quadros de elite para uma gestão especializada, o próprio estado pode dar conta dessa responsabilidade, talvez a mais nobre de todas as responsabilidades do estado, a gestão da Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Obrigado, sr. deputado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quero tão-somente comunicar e lamentar profundamente, em nome da bancada e de todo o partido, a morte do ex-deputado Nereu Guidi, no município de Criciúma.

Ele foi secretário de estado, deputado federal por duas legislaturas e lamentavelmente, agora há pouco, veio a óbito, deixando uma lacuna muito grande. Ele foi uma grande liderança política no sul do estado e lamentavelmente nos deixa no dia de hoje.

Por isso, manifesto pesar a todos os familiares e a todos os amigos do ex-deputado Nereu Guidi, que faleceu há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Certamente a Assembleia Legislativa comunicará o sentimento desta Casa aos familiares pela morte do ex-parlamentar.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu pedi a palavra justamente para fazer o registro da morte do ex-deputado Nereu Guidi. De qualquer forma, quero recomendar que enviemos à Rádio Difusora, deputado Joares Ponticelli, as condolências desta Casa.

Também com tristeza, quero mencionar a morte do ex-vice-presidente José Alencar, um empresário que foi a grande voz pela diminuição dos juros que ainda arrocham o setor produtivo deste país. Como o PRB não tem assento nesta Casa, gostaria de propor à Mesa que, em nome desta Casa, remeta condolências ao PRB e à família de José Alencar.

E como é dia de registros tristes, sr. presidente, quero lamentar e registrar que entramos com uma moção de repúdio ao deputado Jair Bolsonaro, pelas declarações sexistas, preconceituosas proferidas na noite de ontem contra população negra deste país. Temos certeza de que esta Casa acolherá por unanimidade a moção de repúdio à manifestação do deputado Jair Bolsonaro.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero apenas ratificar o convite, em especial aos membros da Frente Parlamentar de Combate às Drogas, para a audiência que vai acontecer na próxima terça-feira, às 9h, em Brasília, com a secretária Patrícia.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Quero deixar um convite aos srs. deputados para uma audiência pública da comissão de Saúde amanhã, às 9h, em Criciúma, na Universidade do Extremo Sul, sobre alta complexidade em pediatria e sobre a situação da saúde na região sul do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, demais pessoas que estão-nos acompanhando pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta tarde de terça-feira.

A comissão dos Transportes desta Casa realizou, na manhã de ontem, uma audiência pública neste plenário, que contou com a presença de diversos deputados estaduais e federais, do senador Paulo Bauer e de uma gama enorme de representantes de entidades da sociedade civil.

Em pauta estava a duplicação das rodovias federais no estado de Santa Catarina, especificamente a BR-101, a BR-470 e os contornos da BR-101 na região da Grande Florianópolis.

O grande tema dessa audiência pública, ontem, foi o atraso das obras, a cobrança de pedágio, o aumento do preço do pedágio, mesmo quando a subsidiária da OHL, monopólio espanhol, a Autopista Litoral Sul, no litoral, ou a Autopista Planalto, que passa pela BR-116 -, não cumpre os requisitos estabelecidos no contrato e argumenta a necessidade de cobrança de pedágio.

Ora, srs. deputados, tudo o que existe nas rodovias federais o governo é que fez, a empresa está entrando para cobrar pedágio! Quem construiu, duplicou e fez a manutenção da BR-101/norte, daqui até Curitiba, foi o governo. A manutenção do trecho de Palhoça até Garuva está igual. Aliás, está pior hoje do que há dez anos. Passou somente um ano de cobrança e já precisam aumentar o preço!

Dentre as representações da sociedade civil esteve presente a Fiesc, que fez um estudo a respeito dos atrasos da duplicação da BR-101 e de outros fatos. O presidente Alcantara Corrêa usou termos, deputado Silvío Dreveck, v.exa. que é da área empresarial, que achei que um homem na posição dele jamais usaria, ou seja, chamou de mentirosos e incompetentes os responsáveis pela fiscalização. E creio que estava referindo-se especialmente ao DNIT e à ANTT, cujos representantes estavam aqui.

Ora, se o presidente da Fiesc, do mundo empresarial, a chamada elite da sociedade, usa termos assim desta tribuna, o que eu, representante da classe trabalhadora, pode dizer ou fazer?! Já fizemos, no passado, juntamente com outros deputados, manifestações nas rodovias contra a cobrança de pedágio, mas cremos que aquilo foi muito pouco diante de tanta indignação.

A manifestação do representante do Ministério Público Federal, desta tribuna, causou indignação, pois ele trouxe elementos mostrando que a Autopista Litoral Sul não tem cumprido os requisitos mais essenciais para o começo da cobrança do pedágio. O Ministério Público Federal, inclusive, entrou com várias ações na Justiça. Dois anos atrás houve manifestação judicial, com sentença proibindo a cobrança, mas ela continua sendo feita, ou seja, os monopólios estão mandando em nossas vidas, nos poderes públicos. Infelizmente, os poderes públicos estão subjugados. Isso vale para essa questão das rodovias federais, mas também para questões estaduais e municipais. O poder público está trabalhando cada vez mais para atender aos interesses do lucro de meia dúzia de empresas que estão sendo muito privilegiadas na relação com os poderes.

Então, é preciso uma grande discussão a respeito disso tudo. O tempo não me permite falar mais a respeito desse assunto, mas voltarei ao tema ainda na tarde de hoje ou amanhã, se for o caso, para continuar a discussão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência, atendendo requerimento do deputado Darci de Matos, suspende a sessão por até dez minutos, para que o presidente da FCDL, Sérgio Medeiros, possa fazer a apresentação a esta Casa das ações daquela entidade.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Primeiramente, quero cumprimentar v.exa. por permitir que o presidente da FCDL, Sérgio Medeiros, fizesse essa belíssima explanação. Isso demonstra o quanto é importante a cooperação do Poder Legislativo com essa valorosa entidade de classe, a FCDL.

Por isso, sr. presidente, tenho certeza de que com o futuro presidente poderemos contribuir com a sociedade catarinense, através dessa valorosa entidade de classe.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, não poderia deixar de saudar a bela exposição do presidente da FCDL, dr. Sérgio Medeiros, que está aqui com a sua diretoria, com os representantes do comércio de Santa Catarina.

Quero convidar todos os deputados para a reunião da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, que acontece mensalmente às 17h. O deputado Edison Andriano dirigiu brilhantemente essa frente e agora abriu mão da presidência.

Juntamente com o deputado Silvío Dreveck, pretendemos procurar dar vazão aos pleitos dessa entidade tão importante em termos econômicos e sociais para o estado de Santa Catarina. Portanto, todos os deputados estão convidados para participar da reunião logo após esta sessão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, quero saudar o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, o nosso conterrâneo Sérgio Alexandre Medeiros, e em nome dele toda a sua diretoria.

Quero enaltecer o trabalho profícuo que a FCDL tem feito em favor de toda a sociedade catarinense e o papel importante

do comércio tanto no aspecto social quanto econômico.

Evidentemente que estamos aqui na condição de representantes de toda a sociedade catarinense, mas quero incorporar-me à Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista por entender muito dessa situação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa a presença, neste plenário, de alguns alunos do curso de Direito da Associação Catarinense de Ensino - ACE -, de Joinville, que estão visitando-nos. Eles, como bons joinvilenses, vieram ver o trabalho dos deputados Kennedy Nunes, Nilson Gonçalves e Darci de Matos, como também conhecer um pouco do trabalho do Poder Legislativo.

Sejam bem-vindos a esta Casa e contem conosco.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também quero associar-me às manifestações de cumprimentos ao belo trabalho realizado pelo presidente Sérgio Alexandre Medeiros e por toda a diretoria da FCDL.

Esse relatório da gestão que nos foi apresentado, deputado Valmir Comin, sintetiza o grau de competência, de responsabilidade e a forte atuação da FCDL nesse período. E quando v.exa. propôs a criação da frente, pudemos aproximar muito mais o trabalho desta Casa com a FCDL. Portanto, ganhou o setor em todo o estado.

Eu não tenho dúvidas, deputado Darci de Matos, de que novas conquistas haverão de acontecer por conta do sucesso dessa frente e da competência da diretoria da FCDL.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, da mesma forma, quero cumprimentar o presidente Sérgio Alexandre Medeiros e toda a sua equipe e ressaltar o trabalho que desenvolveram no tocante à substituição tributária na comissão especialmente criada para tratar desse tema e da continuidade do Simples Nacional e da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Então, em nome da bancada do PT quero cumprimentá-lo pela exposição. Entendo que é bom quando as entidades vêm a esta Casa apresentar o seu trabalho, porque é importante também, presidente Sérgio, vir aqui não somente para expor os problemas da entidade como também para fazer o relato do trabalho e apresentar as novas demandas.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, na mesma direção, quero cumprimentar o presidente da FCDL, Sérgio Alexandre Medeiros, todas as CDLs de Santa Catarina, os deputados que fazem parte da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista e também os representantes do governo do estado.

É bem verdade que tivemos avanços, mas foi graças à sensibilidade dos técnicos do então governador Luiz Henrique e, depois, do ex-governador Leonel Pavan, principalmente o secretário Cleverson Sievert, que durante muitas e muitas manhãs e tardes discuti problemas não só do segmento como de toda a sociedade catarinense.

Eu entendo que foi bom para o segmento, para o estado, para a receita do estado e, acima de tudo, para esta Casa, nessa parceria permanente e constante de um segmento econômico importante, que é o segmento varejista, com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Tenho certeza de que o deputado Darci de Matos dará andamento a esse trabalho que é muito importante para todos nós, do Legislativo, e para o segmento varejista catarinense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A Presidência mais uma vez agradece a presença dos diretores da FCDL nesta Casa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0022/2011.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0139/2011 e 0140/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência defere de plano os Requerimentos n.s: 0244/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; 0245/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0246/2011 e 0247/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0248/2011, 0249/2011 e 0250/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0251/2011 e 0252/201, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Requerimento n. 0237/2011, de autoria do deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, pedindo passagem livre e acesso fácil aos veículos da Polícia Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Samu e ambulâncias do poder público municipal e estadual nas praças de pedágio do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0022/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as indicações e nomeações no Conselho Estadual de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0023/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações sobre a estrada que liga o município de Jaguaruna à localidade de Morro Grande, no município de Sangão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0024/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, ao secretário de Infraestrutura e aos secretários de Desenvolvimento Regional de Mafra e de Joinville, solicitando esclarecimentos sobre as obras da SC-422.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0025/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, ao secretário de Infraestrutura e aos secretários de Desenvolvimento Regional de Mafra e de Joinville, solicitando esclarecimentos de quando será asfaltada a SC-477.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0026/2011, de autoria do deputado Neodi

Saretta, a ser enviado ao presidente do Deinfra, solicitando informações sobre a pavimentação da SC-458, que liga os municípios de Jaborá e Ouro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Informo aos srs. deputados que se encontram em seus gabinetes que amanhã vamos deliberar sobre os vetos que estão pendentes. Sendo assim, é extremamente importante a presença de todos para que possamos votar, inclusive aquele que trata da exigência de diploma para participar de concurso público na área de jornalismo.

É um veto importante que teve repercussão na sociedade e que requer quórum qualificado para deliberação.

Assim sendo, peço aos srs. deputados que amanhã estejam presentes na Ordem do Dia.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Gostaria, sr. presidente, de justificar a minha ausência na sessão de amanhã porque estarei representando esta Casa numa solenidade no município de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Casa libera v.exa. do compromisso de amanhã à tarde e mais uma vez convoca-o para estar em plenário para deliberarmos sobre os vetos. Tenho certeza de que Blumenau vai entender a sua ausência no evento de amanhã.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Então, sr. presidente, é preciso comunicar que não poderei estar presente em Blumenau, porque isso já havia sido determinado por esta Casa. Peço, assim, que v.exa. faça esse comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Faremos, deputado!

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ontem pela manhã, promoveu um evento para discutir a duplicação da BR-101/sul, oanel viário da Grande Florianópolis e a questão da mobilidade urbana não somente na região da Grande Florianópolis, como em todo o estado de Santa Catarina.

Trata-se de um assunto que temos trazido permanentemente a esta tribuna, mas parece-me que a coisa não anda. Mas eu sei onde pega esse negócio: pega na Agência Nacional de Transportes Terrestres.

São uma vergonha essas agências nacionais que ajudei a criar como deputado federal, pois simplesmente não funcionam! Não é somente a ANTT que não funciona! A Agência Nacional de Telecomunicação também não funciona! A telefonia no Brasil é um problema muito sério! Eu costumo receber, no meu telefone, aqueles recadinhos, aqueles torpedos da TIM e da Vivo com mensagens, com poesias, com sugestões de várias ordens, com frases de literatura, com horóscopo. Eu tento cancelar isso tudo, mas não consigo! Eu já pedi a esta Casa que fizesse o cancelamento dessas mensagens, pois o telefone é da Assembleia, por escrito e simplesmente não cancelam! E quando recebemos um recado desses, um aviso de que há um recado no telefone, abrir, pagamos.

Então, o problema das agências no Brasil é muito sério! O governo federal precisa tomar providências! Eu até vou sugerir a esta Casa que realize uma audiência pública para tratar da questão da telefonia da TIM, da Vivo, trazendo o Procon, para darmos um basta nessa roubalheira! Porque é uma roubalheira e falta fiscalização da Anatel sobre a telefonia fixa e sobre a telefonia móvel no Brasil.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Edison Andrino, ontem v.exa. deveria estar aqui no plenário quando se manifestou, na audiência pública, o representante da tal de ANTT. Foi o maior absurdo que ouvi na minha vida pública! O representante da tal de Agência Nacional de Transportes Terrestres veio defender a concessionária, a cobrança do pedágio, contra o contribuinte, contra o usuário! Foi a coisa mais absurda que ouvi na minha vida pública. E quem estava naquela audiência viu o absurdo que foi.

Num outro momento, e v.exa. lembra, quando aprovamos uma lei por unanimidade proibindo a cobrança de pedágio para os moradores de Palhoça, quem deu a carta de defesa da concessionária foi a ANTT, novamente defendendo a cobrança, a privatização, o pedágio.

Então, é assim que agem a Aneel, a Anatel, a ANTT, a Ana, a banana, tudo! Essas porcarias de agências estão mais reais que o rei! Essa é a verdade! E o que está fazendo a Anvisa com os fumicultores do Brasil é outro absurdo!

O fato é que o Congresso Nacional deu poder demais para essas agências, o governo deu poder demais, e agora tem que desmontar, porque ninguém está segurando mais esse negócio. Essas agências se acham superiores, estão acima do bem e do mal! Se o Congresso Nacional não tomar providências rapidamente, verá, cada vez mais, usurpada a sua função, porque é isso que essas agências estão fazendo. E elas geralmente não vêm aqui quando são chamadas, mas quando vêm é para debochar, como fez o representante da ANTT na tarde de ontem.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço o aparte de v.exa.

A função dessas agências é defender o consumidor, é fiscalizar as concessionárias e defender o estado, mas, lamentavelmente, estão defendendo as concessionárias.

Quanto à ANTT, deputado Joares Ponticelli, tive a oportunidade de ir a Brasília com a comissão de Transportes para participar de uma audiência para resolver o projeto do sistema viário da Grande Florianópolis. Fomos atendidos pelo terceiro escalão da ANTT. O projeto inicial da empresa que ganhou a concorrência era construir 50km de anel viário duplicado, que começaria em Biguaçu e iria até Palhoça. Agora o tal anel viário já está com menos de 30km sem duplicação e parece-me que não dão a mínima importância ao trabalho, à mobilização desta Casa.

Eu acho, sr. presidente, que deveríamos unir esforços com o Congresso Nacional, com os deputados federais e senadores, porque me parece que a ANTT se preocupa muito mais com a crítica, com a solicitação, com o trabalho dos deputados federais e senadores do que com os deputados estaduais.

Quem sabe poderíamos fazer uma reunião, em Brasília, na ANTT, juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense, para resolvermos essas questões.

Não é possível! Até hoje não entra na minha cabeça, por mais que eu procure entender, a cobrança de pedágio na BR-101/sul que não está duplicada! Porque quando se cobra pedágio, ele é cobrado pelo serviço prestado. E, por incrível que pareça, quem está cobrando é quem sempre foi contra o pedágio. Que me desculpem os companheiros do PT, mas quando se falou em cobrar pedágio da SC-401, a senadora Ideli Salvatti, que na época era deputada estadual, foi frontalmente contrária.

Não pode! É impossível! Via pública não pode cobrar pedágio! Já pagamos impostos, já pagamos taxa de emplacamento de veículo, isso e aquilo. Agora estão cobrando pedágio de uma rodovia que sequer está duplicada.

Além disso, a empresa que ganhou a cobrança do pedágio do trecho norte da BR-101, no contrato de concessão para a cobrança do pedágio, teria a obrigação, está escrito, de fazer o projeto e o contorno da Grande Florianópolis. Mas o projeto não está pronto!

Na última audiência de que participamos em Brasília o projeto seria entregue até o final de 2010, agora está previsto para 2011, mas ainda não há projeto nem licença ambiental. Eu acho que esta Casa está impotente diante do desinteresse da Agência Nacional de Transportes Terrestres no tema.

Por isso faço um apelo a todos os srs. deputados, principalmente aos interessados nesse assunto, para que nos juntemos à bancada federal para resolvermos essa questão.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Edison Andrino, quero parabenizar v.exa. pelo tema abordado.

Ontem, nesta Casa, foi realizada uma audiência pública relacionada à duplicação do trecho sul da BR-101, ao rodoanel da Grande Florianópolis, à BR-470 e ao pedagiamento. Já está confirmada para o dia 12 de abril, às 14h30, uma reunião com o ministro, lá em Brasília. Estarão presentes o Fórum Parlamentar Catarinense, a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, o DNIT e também as empreiteiras.

Por isso é importante a sua manifestação, o seu discurso, para que possamos estar todos juntos fazendo pressão.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço a sua manifestação, espero que consigamos mobilizar a bancada federal para essa audiência pública e que, acima de tudo, a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres - defenda o usuário, o consumidor, o povo de Santa Catarina, e não a empresa que ganhou a concessão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Marcos Vieira, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

(Pausa)

Diante da ausência do deputado Maurício Eskudlark, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os nobres deputados e deputadas e todos os que estão acompanhando esta sessão.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer o registro, com pesar, do falecimento do nosso ex-vice-presidente da República, que foi uma grande liderança, diria que como vice foi "o cara", "o vice". José Alencar foi leal, companheiro, parceiro e extremamente comprometido com a luta pela vida até o último momento. Faço o registro do falecimento dessa grande figura empresarial e política, que conseguiu, com o presidente Lula, fazer grandes transformações neste país.

Sr. presidente, gostaria, no dia de hoje, de abordar dois temas. O primeiro diz respeito à educação. Não poderia deixar de falar, hoje, mais uma vez, sobre o que está acontecendo com relação ao Magistério Público Estadual na confecção das folhas de pagamento do mês de março, pois centenas de educadores tiveram o seu vencimento cortado pela metade e outros até mesmo

ficaram sem receber salário. Isso aconteceu porque a secretaria de estado da Educação está, segundo informações, implantando um novo sistema.

Já fui secretária de Educação e sempre digo que quem implanta novos sistemas de informática são as pessoas, que precisam estar preparadas. Infelizmente, milhares de professores estão sendo prejudicados em função desse equívoco na confecção da folha de pagamento.

Faço esse registro porque estamos agendando, junto à secretaria de estado da Educação, uma audiência com o secretário, para que haja uma revisão imediata dos equívocos e que seja efetuado, imediatamente, o pagamento dos salários devidos aos professores.

Também gostaria de registrar que muitos educadores tomaram posse, como diretores de escola, esta semana. Muitos desses educadores participaram de movimentos reivindicatórios, deputado Dirceu Dresch, por melhores salários. Portanto, são diretores que tiveram registradas faltas na sua folha funcional. Aonde quero chegar com isso? É que muitos desses educadores que tomaram posse no cargo de diretores de escola não poderão acessar ao plano de carreira do Magistério justamente em função dessas faltas.

No nosso entendimento é extremamente arbitrária essa atitude, pois permite que um diretor faça sua filiação partidária no partido "a", "b", "c" ou "d", permite que mesmo com faltas possa ser diretor de uma unidade escolar, mas barra aquele colega que participou da luta por melhores salários de ascender na carreira do Magistério.

Então, são dois pesos e duas medidas extremamente autoritárias e injustas, porque coloca numa mesma escola um diretor numa condição e um professor noutra. Queremos fazer esse registro e pedir a sensibilidade do secretário da Educação quanto a essa questão, para que não puna os educadores que foram à luta porque precisavam reivindicar melhores salários. Esta é uma luta de toda a categoria pela educação e pela valorização dos educadores.

Queremos fazer esse pedido, esse registro, e, ao mesmo tempo, cobrar do secretário da Educação que reveja essas duas situações. Não paramos de receber e-mails - como este que tenho em mãos de um professor de São João do Oeste - e telefonemas pedindo que a Assembleia Legislativa, que os deputados e deputadas se manifestem em relação a essa arbitrariedade.

Da mesma forma, quero convidar todos os deputados e deputadas para que na quinta-feira, às 10h, na sala da imprensa, façamos a instalação do Fórum em Defesa das Rodovias Catarinenses. Esse fórum já foi aprovado em sessão deste Parlamento, na semana passada, e queremos fazer a sua instalação para saber como o estado estabeleceu um programa de revitalização, de recuperação, de sinalização e de conservação das rodovias catarinenses a médio e curto prazo, porque as rodovias estão intransitáveis.

Não queremos falar somente da BR-101, também queremos falar de toda a malha rodoviária catarinense, sejam as SCs ou as BRs e aproveito para fazer esse convite a todas as deputadas, a todos os deputados para que participem também da instalação do Fórum Parlamentar das Ferrovias na próxima quinta-feira, nesta Casa.

Também gostaria de registrar, sr. presidente, que no dia de ontem comemoramos, em Chapecó, o 14º ano do *Diário do Iguçu*, que merece todo o nosso respeito pela sua trajetória sempre na construção séria da notícia, um jornal que chega em todas as regiões do grande oeste e que tem sucursais no vale e em Balneário Camboriú também.

Quero registrar ainda que hoje teve início o Encontro Estadual dos Vereadores de Santa Catarina. O tema dos debates é a reforma política. Estivemos presentes e contamos com a presença do deputado federal Paulo Teixeira. Foi um debate muito interessante, que está acontecendo na Universidade Federal de Santa Catarina.

Hoje a Uvesc - União de Vereadores de Santa Catarina - está trazendo, se não me engano, o deputado Ronaldo Caiado, que falará sobre a reforma política, que, com certeza, afetará a vida não só dos políticos, mas da democracia brasileira.

Faço esses registros e reforço o pedido para que a secretaria de estado da Educação proceda imediatamente ao pagamento devido aos professores do Magistério Público Estadual.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Queremos dar as boas-vindas a três garuvenses amigos, que nos honram com sua presença: o ex-prefeito José Chaves, o ex-vereador Carlito Weber e a vereadora Helena.

São todos, como disse, de Garuva, que é o último município antes de alcançarmos a divisa com o Paraná, município pelo qual este deputado tem um carinho todo especial, pois é seu cidadão honorário.

O próximo parlamentar inscrito para utilizar a tribuna é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, quero falar das grandes atividades que tivemos no último final de semana.

A primeira delas foi a inauguração do novo prédio do Instituto Federal de Educação de São Miguel d'Oeste, que representa um marco para aquela região. A segunda foi a visita que fizemos, juntamente com a sra. Consuelo Sielski Santos, reitora do Instituto Federal de Santa Catarina, ao terreno onde será construída a futura sede do Instituto Federal no município de São Carlos.

O que me deixou muito feliz ao participar daquele momento tão importante

foi que municípios que sempre estiveram abandonados, municípios distantes, com problemas de êxodo, hoje recebem grandes investimentos.

Importante salientar que São Miguel d'Oeste está recebendo grandes investimentos, como o término da BR-282 até a divisa com a Argentina e a instalação dessa nova sede, deputada Luciane Carminatti.

Então, fico muito feliz em poder comemorar essas conquistas, com a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que já está em pleno funcionamento, e também da expansão da própria Universidade Federal de Santa Catarina para o extremo oeste.

Assim, deputada Angela Albino, é muito bom ver a volta de investimentos para melhorar a condição de vida nas regiões mais distantes da capital, para que o povo do interior tenha melhores condições de vida através da transferência de empresas e indústrias para a região.

Falando em agricultura, quero aproveitar para dizer que acompanhei, na semana passada, a fala do secretário da Agricultura comentando a importância de o estado comprar alimentos da agricultura familiar para os presídios e para os hospitais públicos estaduais.

Então, já que o secretário João Rodrigues fez essa declaração à imprensa, gostaria de pedir o seu apoio e o seu empenho para reverter o contrato de terceirização da alimentação escolar em Santa Catarina, porque aí, sim, teríamos um grande número de agricultores podendo sair da cultura do fumo. Dois agricultores de Grão Pará, no sul do estado, já mudaram de ramo, deputado Valmir Comin, saíram da produção de fumo para a produção de alimentos orgânicos e estão fornecendo alimentos para as escolas de Tubarão, Criciúma, Braço do Norte e outros municípios da região.

Então, queremos que o secretário da Educação e o governador Raimundo Colombo revejam a privatização da alimentação escolar. O governo pode contar com o nosso apoio integral nessa perspectiva, porque são R\$ 142 milhões que poderiam ajudar a desenvolver as regiões catarinenses, poderiam gerar renda para a agricultura familiar e gerar empregos. Infelizmente, esses recursos hoje saem de Santa Catarina e servem para desenvolver outros estados. É lamentável!

Quero aproveitar os cinco minutos que me restam para convidar todos os deputados e as lideranças para, na quinta-feira, participar, na sala de imprensa desta Casa, do lançamento da Frente Parlamentar das Ferrovias. É um tema muito importante, é um sonho dos brasileiros poder deslocar-se por trem, além de transportar carga com baixo custo.

É um grande desafio para o Brasil baratear o custo de produção, diminuir a contaminação ambiental resultante do transporte rodoviário e também dar mais segurança à população brasileira, pois as nossas rodovias estão saturadas.

Queremos fazer esse debate e há muita disposição por parte deste deputado para acompanhar de perto todos os

investimentos, todas as políticas. Estamos acompanhando a abertura das licitações para o projeto técnico da Ferrovia Leste/Oeste e o debate sobre a Ferrosul. Inclusive, na segunda-feira vai acontecer a reunião dos governadores do Codesul e um dos pontos de pauta serão as ferrovias.

Estou muito otimista nessa luta e participei, em Brasília, do lançamento da Frente Parlamentar das Ferrovias em nível nacional. Temos que fazer um trabalho concatenado, pois o deputado Pedro Uczai, que coordenou a frente nesta Casa durante um longo período, agora está coordenando a Frente Parlamentar das Ferrovias em nível nacional. Gostaria de dizer ainda que amanhã teremos o debate sobre os vetos e queremos pedir ao líder do governo, deputado Elizeu Mattos, para conversar com o governador do estado, a fim de que possamos derrubar o veto ao projeto de lei que trata das agroindústrias familiares. Mais de 50 mil famílias trabalham com agregação de valor e não temos uma lei que regulamente, que crie a agroindústria familiar, que diga quem faz parte ou o que é essa nossa agroindústria familiar.

Quero deixar este recado, esta lembrança, este pedido aos srs. deputados, no sentido de que derrubemos esse veto e tenhamos em Santa Catarina, quem sabe, uma lei pioneira sobre a agroindústria familiar.

No mais, sr. presidente, srs. deputados e todos que nos acompanham, quero aproveitar para registrar também a presença de vários vereadores e vereadoras que vieram para o encontro que inicia hoje à noite.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Apenas para efeito de conhecimento, o Palácio do Planalto já se colocou à disposição para sediar o velório do ex-vice-presidente José Alencar.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de fazer alguns registros, a começar por um evento acontecido no último domingo em Joaçaba, no meio-oeste de Santa Catarina, onde participei da 21ª Romaria Penitencial a Frei Bruno, onde, apesar da chuva que caiu durante toda a manhã, cerca de 40 mil pessoas estiveram presentes.

A cidade de Joaçaba recebe romeiros de todas as regiões, até de outros estados. E essa romaria tem tido tanta repercussão que foi construído no município um monumento em homenagem a frei Bruno. A estátua, de 37m de altura, perde em tamanho apenas para a Estátua da Liberdade, que possui 93m, e para o Cristo Redentor, que tem 38m.

O dado mais importante dessa romaria de domingo é que, durante a celebração, frei Estevão, vice-provincial dos franciscanos no Brasil, anunciou que na última semana a província dos franciscanos, que tem sede em São Paulo, decidiu tornar-se autora da causa da beatificação de frei

Bruno. Obviamente é um processo que colherá depoimentos, ouvirá testemunhas e coletará provas para efetivamente verificar a vida de frei Bruno, o que poderá culminar, posteriormente, na sua beatificação e até mesmo na sua canonização.

Quero também aproveitar para registrar nesta ocasião o Encontro dos Vereadores de Santa Catarina, promovido pela Uvesc, que está sendo realizado no Teatro Pedro Ivo Campos, nesta capital. Percebi em alguns vereadores uma angústia com relação aos projetos sobre a reforma política que tramitam no Congresso Nacional, principalmente agora que foram instaladas todas as comissões.

Tivemos a oportunidade, ontem, de participar de um debate na UFSC, com a presença do deputado Paulo Teixeira, líder da bancada do PT na Câmara de Deputados, e do deputado federal catarinense, Pedro Uczai.

Disse ontem, numa intervenção que fiz naquele evento, que a pergunta que efetivamente deve ser feita a respeito da reforma política que queremos é a seguinte: o que ela vai mudar na vida da população? O que efetivamente vai melhorar a vida da população essa reforma?

Eu tenho dúvidas se determinadas mudanças que estão sendo ventiladas vão melhorar a vida das pessoas. Aliás, tenho até dúvidas se essa é uma prioridade dentre tantos outros assuntos importantes que precisamos debater. Mas o Congresso Nacional está debatendo e o debate não faz mal para ninguém, pelo contrário, tudo o que é debatido pode trazer perspectivas de mudanças. Agora, as mudanças não podem ser feitas apenas para facilitar a vida desse ou daquele, para facilitar a eleição de pessoas que não têm representatividade popular, deputado Nilson Gonçalves.

Às vezes nós, parlamentares, temos que ir à base para conversar sobre os processos e a lista poderá ser composta muito mais pelas direções partidárias do que propriamente pela comunidade. Mas essa não chega a ser uma posição, são apenas algumas opiniões que quero dar a respeito desse tema que está sendo debatido e que certamente trará ainda muitos desdobramentos.

Fiz essa referência sobre a reforma política em função desse encontro de vereadores, que está realizando-se nesta capital e no qual tivemos oportunidade de estar presente, ocasião em que percebemos a preocupação dos participantes com o tema.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, deputada Angela Albino, com quem tenho a honra de trabalhar na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, quero dizer que tivemos, na tarde de ontem,

uma audiência pública relacionada à duplicação da BR-101/sul, em função de requerimento de nossa autoria e do deputado José Nei Ascari; relacionada à BR-470, conforme solicitação do deputado Jean Kuhlmann; e relacionada também ao rodoanel.

Hoje um jornalista me perguntou o que o DNIT ganhou por não haver participado da audiência pública, e eu disse que não sabia, mas que tinha certeza de que o sul do estado de Santa Catarina está perdendo há muito tempo, em função da morosidade, da lentidão de uma obra que anda a passos de tartaruga doente.

Podemos afirmar, porque é público e notório, que 98% da duplicação da BR-101 no Rio Grande do Sul está pronta. Tenho observado e visto pelos noticiários que o problema não é falta de recursos. Mas se o problema não é esse, então qual é? É o Ibama? É o Ministério Público? É a Fatma ou é a Polícia Ambiental? Na verdade o problema é de gestão. E o gestor desse processo todo é o DNIT, é o governo federal.

Então, vamos chamar todos esses personagens para conversar, porque essa obra é fundamental, já que vem travando o desenvolvimento do sul do estado, do corredor do Mercosul. Muitos investidores deixaram de se instalar no sul do estado por falta de infraestrutura.

Eu coloquei na tarde de ontem uma preocupação de dimensão nacional, pois quando comparamos o pedágio de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, vemos que aqui se paga R\$ 1,40 e lá se paga mais de R\$ 6,00. Eu pergunto: o que está acontecendo com essas concessões? Ou aqui o preço é insustentável ou lá há gordura demais. Porque não é possível essa diferença, essa desproporção de valores.

O Congresso Nacional terá que se posicionar a esse respeito e buscar uma ampla discussão nacional com relação à concessão das rodovias e à cobrança de pedágio, caso contrário daqui a pouco poderemos também pagar os tais R\$ 6,00.

Com relação ao rodoanel que circunda a Grande Florianópolis, o primeiro projeto previa a construção de 48km, desde Governador Celso Ramos, passando por Biguaçu, São José e chegando a Palhoça, eliminando o tráfego por dentro dos referidos municípios.

Srs. deputados, sem que a sociedade soubesse, foi apresentado novo projeto pela concessionária, projeto esse que diminui 50% da extensão do rodoanel, que não tem licença ambiental e muito menos previsão para início da obra.

Na semana passada, estivemos em Brasília numa audiência com o ministro Alfredo Nascimento, promovida pelos deputados Jorge Boeira, Ronaldo Benedet e Edinho Bez, com a presença maciça de lideranças catarinenses, numa ação suprapartidária. O ministro desde logo foi muito veemente com relação à atuação DNIT em Santa Catarina. Ficamos até surpresos com a situação, pois ele cobrou uma ação mais eficaz por parte do DNIT, exigindo, inclusive, que apresentasse um relatório no

dia 12 de abril, às 14h30, no ministério, com a presença das empreiteiras, que devem explicar as seguintes questões: a quantas andam os procedimentos? Qual o percentual de execução da obra? Quais os entraves que vêm provocando a lentidão na construção da rodovia?

Agora, ou as informações não estão chegando em tempo real e com fidelidade ao ministério, ou realmente o ministro promoveu um grande teatro para nos enganar, o que não acredito. Acredito que ele está realmente bem intencionado e que o problema é de gestão.

Quero, neste momento, corroborar as informações contidas no relatório que a Fiesc apresentou na audiência pública nesta Casa, segundo as quais a duplicação da BR-101/sul será demorada e passará de 2013, o que foi contestado veementemente pelos técnicos do DNIT.

Ontem o sr. Alcantaro Corrêa, presidente da Fiesc, e o engenheiro responsável pelas informações, Ricardo Saporiti, reafirmaram que se não houver uma ação forte de gestão, a conclusão da duplicação poderá ocorrer somente após 2015.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Valmir Comin, não é só questão de gestão, é também uma questão de respeito, ou melhor, de falta de respeito do DNIT com o povo e com o Parlamento catarinense. Esta Casa promoveu uma audiência pública, tendo na presidência da comissão de Transportes v.exa. que, coincidentemente, é do sul do estado e sabe das dificuldades, das agruras que o povo passa. Assim, não comparecer e nem se fazer representar na audiência pública foi um desrespeito do DNIT! Temos que apresentar uma moção para ser remetida à Presidência da República, ao ministro dos Transportes, no sentido de que puxem a orelha do DNIT de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço, nobre companheiro, pela sua manifestação, que incorporo ao meu pronunciamento.

Foi levantado pelo presidente do Fórum Parlamentar Catarinense ontem, deputado Edinho Bez, e também pelo deputado federal Esperidião Amin, não pessoalmente, mas através de seu representante, a sugestão da união de forças suprapartidárias, para que na ida a Brasília exija-se uma posição firme do governo federal, através do ministério dos Transportes e da presidente Dilma Rousseff, e não do DNIT.

Foi pactuado que a Assembleia Legislativa, através de sua comissão de mérito, que é a comissão de Transportes, juntamente com a bancada federal catarinense, estabelecerá um calendário mensal para nos encontrarmos e fazermos o acompanhamento de todos os procedimentos e uma marcação sistemática, deputada Angela Albino, até que tenhamos definitivamente concluída a tão esperada e sonhada duplicação da BR-101/sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, muitos dos que me antecederam na tribuna trataram da questão da BR-101/sul, ou seja, do descaso do DNIT em relação às rodovias federais em nosso estado.

Quero, telespectadores da TVAL, bem como ouvintes da Rádio Alesc Digital, tocar em outro tema fundamental para Santa Catarina e para Florianópolis, que é a questão do Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Vejam, srs. deputados, *O Estado de S. Paulo* do dia 26 diz em letras garrafais: "Reformas nos aeroportos empacam". Nessa reportagem não está inserido o Aeroporto Internacional de Florianópolis, mas todos os que estão localizados nas cidades que serão sede de etapas da Copa do Mundo.

Imaginem v.exas. que se os aeroportos daquelas cidades receberam até agora somente cerca 2,4% de todo o pacote de mais de R\$ 5 bilhões que estava programado, as outras cidades como ficarão?!

Chamou-me a atenção também a manchete do *Diário Catarinense* de hoje, que diz o seguinte: "Caminho do aeroporto, corrida para liberar verba. Deinfra tem até o dia 29 de abril para conseguir R\$ 5 milhões para a duplicação da Diomício Freitas". Será que é na pista duplicada da avenida Diomício Freitas que pousarão os aviões? Essa é a pergunta, deputado Valmir Comin, que trago ao plenário. Serão somente destinados ao novo aeroporto internacional de Florianópolis R\$ 5 milhões? Onde estão os R\$ 436 milhões previstos pela regional sul da Infraero, conforme informação de seu superintendente, Carlos Alberto da Silva Souza? Aliás, a Infraero vem, ao longo dos anos, mentindo para Santa Catarina. Desde 2004 vinha dizendo que o novo aeroporto seria inaugurado em 2008, depois em 2010, depois em 2012 e agora estão dizendo que vão inaugurar em 2014, sem, contudo, ter lançado a licitação do projeto. Onde estão os R\$ 436 milhões?

Ora, fazendo um comparativo quanto ao embarque e desembarque nos aeroportos dos dois estados vizinhos, Afonso Pena, no Paraná, e Salgado Filho, no Rio Grande do Sul, cujas capitais são maiores do que Florianópolis, constatamos que dentro de dois anos terão tantos passageiros quanto o Aeroporto Internacional Hercílio Luz. Ocorre que naquelas duas cidades já estão em operação dois novos aeroportos novinhos! Em Florianópolis, infelizmente, o nosso aeroporto foi construído pelo saudoso governador Hercílio Luz, na década de 20.

Da mesma forma, deputado Nilson Gonçalves, estamos fazendo uma mobilização para o término o mais rápido possível das obras de duplicação do trecho sul da BR-101. Precisamos fazer uma mobilização para que Santa Catarina possa

ser atendida nas questões prementes de infraestrutura, não só do aeroporto de Florianópolis, como também das obras das BRs-280, 470 e 282, da nacionalização do Aeroporto Serafim Bertaso, de Chapecó, dos portos de Itajaí, de São Francisco do Sul e de Imbituba. Enfim, Santa Catarina precisa ser dotada da infraestrutura necessária ao seu nível de desenvolvimento.

Volto a dizer que no ano passado Santa Catarina foi um dos estados que mais recolheram impostos no Brasil, mas foi o que menos recebeu retorno do governo federal. E agora estamos vendo o descaso do DNIT com a Assembleia Legislativa. Numa grande audiência pública realizada ontem nesta Casa, com a presença de autoridades e da população do sul do estado presente, o DNIT sequer se fez representar.

Por isso, srs. deputados e sra. deputada, estou requerendo à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa a reconstituição do fórum permanente para acompanhamento das obras do novo aeroporto internacional de Florianópolis. Isso fará com que possamos exigir que a Infraero, o governo federal e a Universidade Federal de Santa Catarina façam a sua parte. A UFSC deve parte de um terreno de sua propriedade para que se possa construir o aeroporto, porque todas as terras que a Universidade Federal de Santa Catarina tem na Tapera foram doadas no início da década de 60, para lá ser instalado o Centro de Ciências Agrárias, que infelizmente não foi construído. Na verdade, foi construído num terreno da Epagri, no Itacorubi. Então, por que não ceder parte desse terreno? Por que não fazer com que a UFSC, que foi ajudada, agora ajude a viabilizar a construção do novo aeroporto da capital?

Da mesma forma, clamo para que o corpo diretivo da UFSC faça a doação das terras necessárias para que a prefeitura possa duplicar de forma satisfatória a via que liga a Trindade ao Pantanal, no sentido de que a população não continue sofrendo diariamente.

Vamos agora trabalhar todos juntos, a Assembleia Legislativa, a Universidade Federal de Santa Catarina, a prefeitura municipal, o governo do estado, mas, sobretudo, a Infraero, dando uma demonstração de apreço por Santa Catarina, destinando, de uma vez por todas, os R\$ 436 milhões necessários para a construção do novo aeroporto internacional da capital.

Somente com uma mobilização muito forte, da mesma forma como está-se fazendo pela BR-101/sul, haveremos de conquistar para Florianópolis e para Santa Catarina um aeroporto condizente com a realidade deste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Inscrita a sra. deputada Angela Albino, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, o deputado Marcos Vieira faz discurso de prefeito. Eu, que achava que ele viria para a base do governo Dilma Rousseff, perdi as esperanças.

Quero aproveitar, sr. presidente, para sugerir que façamos uma frente parlamentar em defesa da Grande Florianópolis, pois me parece que nós, deputados da região - Edison Andrino, Dirce Heiderscheidt, Sargento Amauri Soares Renato Hinnig e Cesar Souza Júnior -, temos obrigação com esta cidade, que vive o grande drama da falta de mobilidade urbana. E isso inclui, sim, a implantação do novo aeroporto.

Santa Catarina - Florianópolis, em especial - precisa de um novo aeroporto, precisa de um Guarulhos. Vejam v.exas. que quem vai de Criciúma para São Paulo, se der a sorte de pegar um dia de jogo do Avaí, leva três horas de Palhoça até o aeroporto, porque aquele gargalo está insustentável.

Outra questão, sr. presidente, referente à discussão da mobilidade urbana - e Criciúma tem uma experiência muito interessante nisso -, é reunir as Câmaras Municipais, os parlamentares estaduais e federais da região para fazer um esforço comum em torno dos grandes temas locais.

Co relação à questão da alça viária, que discutimos ontem, quero cumprimentar o deputado Valmir Comin pela forma muito generosa, muito fraterna com que se relacionou com os parlamentares, permitindo que todos se sentissem parte da audiência. Ele não pretendeu ser o pai da audiência, ao contrário, agregou os demais colegas. Isso, sem dúvida, foi muito positivo.

A alça viária, catarinense, se é que você ainda não sabe, é um projeto que prevê a construção de uma via asfaltada que sai de Biguaçu e vai até Palhoça, destinada a desafogar o trânsito de toda a Grande Florianópolis. Mas ontem uma declaração da ANTT deixou-me bastante apreensiva: era obrigação da empresa concluir a obra em quatro anos - os tais quatro anos vencem este ano -, mas agora prorrogaram por mais três anos.

A Fiesc, durante a audiência pública, fez o dever de casa, trouxe números, planilhas, gráficos e estudos de especialistas, ao passo que a ANTT fez um pronunciamento de apenas três minutos. Se a ANTT acha que precisa de mais tempo, podemos fazer uma nova audiência dando-lhe o tempo necessário para apresentar gráficos que mostrem todos os problemas, todas as dificuldades.

Resolvemos, ainda no dia de ontem, fazer uma audiência da comissão de Transportes, representando todo Poder Legislativo catarinense, com a presença do Ibama, porque uma das observações que fez a ANTT foi de que ainda há problemas ambientais.

Agora, a falta do DNIT na audiência foi desastrosa para nós! Precisávamos do DNIT e não sou eu que estou dizendo, a própria ANTT achou lamentável o DNIT não comparecer à audiência. Quem mais do que nós, que trafegamos na BR-101/sul todas as semanas, para saber a dificuldade existente?! Precisamos congregamos esforços em torno desses assuntos.

Mas quero aproveitar o tema da alça viária, do rodoanel, do anel viário, seja qual for o nome que se esteja dando, para discutir o papel das agências reguladoras.

Quando do grande caos aéreo que o país viveu, vimos a Anac defendendo a aviação civil e não o cidadão. E essa é a posição que toma grande parte das agências reguladoras do país. As agências reguladoras assumem a defesa do poder econômico nas questões que lhes são pertinentes, mas não fazem defendem o cidadão.

As agências reguladoras foram criadas para isto, para regular os interesses dos cidadãos e do setor econômico, no que tange aos grandes serviços nacionais. E muitas vezes esses interesses são antagônicos e é necessária uma intermediação. Fazer essa intermediação é papel das agências reguladoras, mas temos visto que agem contrariamente à nossa expectativa, ao nosso desejo. Aliás, o PCdoB sempre considerou as agências reguladoras um risco no sentido de que poderia acontecer o que afinal está acontecendo de fato. Então, precisamos rever o papel das agências reguladoras porque, repito, não é somente a ANTT que tem esta postura.

Nós temos buscado conversar. Esta Casa já a chamou para audiências públicas e por duas vezes seguidas a ANTT não compareceu. Quando foi criado um ambiente político em que aquela agência se sentiu segura, parece-me que decidiu comparecer e dar uma grande contribuição.

O problema é que depois disso, não vimos as discussões, os acordos, os consensos construídos irem adiante. Cito, por exemplo, a questão do pedágio. Em 2005 foi definido que o posto de pedágio seria em Paulo Lopes. Em 2007, misteriosamente, apareceu uma resolução transferindo-o para Palhoça. E Palhoça virou o único município deste país cuja população interna paga pedágio! Isso não existe em cidade nenhuma do país e há uma reivindicação daquela comunidade para que se acabe com essa situação!

Nessa audiência de que a ANTT participou, o prefeito de Paulo Lopes pediu que o pedágio fosse instalado no seu município porque geraria empregos. Na concepção daquele município é importante levar esse equipamento para lá e o compromisso foi de que em um ano estaria tudo pronto.

Não há tema que angustie mais o catarinense hoje do que a trafegabilidade nas cidades. Existem grandes temas como saúde, educação, segurança, direitos humanos, saneamento, e estão todos na ordem do dia, mas é importante lembrar que a mobilidade urbana é um direito instrumental a todos os outros.

Não há direito à saúde, se não tivermos como ir até o posto de saúde; não há direito à educação, se não tivermos como chegar às escolas; não há direito a todos os direitos se não tivermos como nos dirigir até a instância pública ou privada respectiva.

Portanto, o grande problema da região da Grande Florianópolis é esse. Mas não é somente aqui que existem problemas de trânsito, de congestionamento, também existem problemas em Brusque, em São Bento do Sul, em Joinville, em Criciúma, em muitas cidades deste estado. E não só neste

estado, mas em todo o país, porque o Brasil cresceu, houve distribuição de renda, as pessoas adquiriram melhores condições de vida e, além disso, o governo promoveu um grande incentivo à pior forma de mobilidade urbana, que é o veículo particular.

Queremos apostar na mobilidade urbana pautada no transporte coletivo. Ninguém imagina Londres, Paris ou Nova Iorque sem transporte coletivo. Precisamos investir na construção da mobilidade urbana a partir de um transporte coletivo barato, eficiente.

Eu gosto sempre de trazer o exemplo de quem mora na região continental da capital. Para essas pessoas sai mais barato vir de carro para cá do que andar de ônibus. Enquanto essa for a lógica que pauta as decisões políticas, por certo só se agravarão as condições gerais de mobilidade urbana.

Volto a colocar uma convicção que venho formando nos últimos tempos, e alguns moradores, em especial da região da Grande Florianópolis, da parte continental, sabem do que estou falando. Na hora em que conseguirmos desobstruir a saída de Florianópolis e de São José para a BR-101, teremos um grande ganho na mobilidade urbana. O que acontece hoje na Grande Florianópolis? Para sair da cidade é uma tragédia e isso acaba afetando toda a cidade.

Sr. presidente e srs. deputados, amanhã vários vetos serão apreciados em plenário e quero referir-me especialmente ao projeto de autoria do deputado Kennedy Nunes, que foi vetado pelo governador do estado.

Em nosso entendimento, exigir diploma para o exercício da função de jornalista, no âmbito do serviço público estadual, com certeza vai engrandecer a profissão e será uma ferramenta importante de democratização do serviço público.

Amanhã, portanto, na apreciação dos vetos, concentraremos as energias para a derrubada do veto ao projeto de lei de autoria deputado Kennedy Nunes, que prevê a necessidade de diploma para exercer a profissão de jornalista no serviço público estadual.

Muito obrigada, srs. parlamentares.
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o último orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Caro presidente, deputado Nilson Gonçalves, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, fiquei de retomar na tarde de hoje o debate que mais rendeu assunto desta tribuna.

Há vários assuntos para conversar, como o seminário realizado por proposição do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, juntamente com o Sindicato dos Previdenciários de Santa Catarina - Sindiprev -, na tarde de ontem, ao qual se referiu o deputado Volnei Morastoni. Contudo, essa é

uma discussão que precisamos fazer com mais profundidade neste plenário, porque se trata do processo de privatização dos serviços públicos deste estado, mais especificamente dos serviços de saúde, através da transferência desses serviços com toda a estrutura para a administração de grupos privados. Então, esse é um debate que voltaremos a fazer a partir de amanhã.

Ainda na questão dos transportes, apareceu nesta Assembleia a discussão em torno das agências reguladoras criadas no governo Fernando Henrique Cardoso. E tem razão o deputado que diz: "Olha, vão ficar falando de uma coisa que supostamente é ruim, mas já faz tanto tempo que foram criadas! E o que foi feito durante os oito anos de governo Lula com relação a esse mesmo assunto?"

Não quero entrar nesse debate pelo fato de ser um debate entre PT e PSDB ou daqueles que defendem o atual governo federal e os oito anos do governo Lula e aqueles que participaram e defendem o governo FHC. Eu acho que nesse caso os dois têm razão porque foram criadas políticas em prejuízo da sociedade.

Há mais de dez anos, talvez há 15 anos, portanto, na década de 90, ouvi, em uma tarde na Universidade Federal de Santa Catarina, o ex-deputado Mauro Passos que, na época, se não me engano, era ainda vereador da capital, dizer que essas agências reguladoras (ele, ao fazer uma crítica, estava falando da Aneel, pois era do setor energético, do setor eletricitário) tinham o objetivo de regular o processo de privatização, eram, na verdade, estruturas de garantia do processo de privatização.

No entanto, nos últimos anos e agora no nono ano de governo do Partido dos Trabalhadores, juntamente com uma série de outros partidos - e muitos deles são os mesmos que apoiavam Fernando Henrique Cardoso -, nada foi feito para mudar e as agências continuam por aí.

Eu fico feliz de este Parlamento ter tocado nesse assunto. A Aneel, a Anatel, a Anvisa, a ANTT são todas iguais. É evidente que a ANTT veio aqui para justificar, para explicar os termos do contrato que garante ao monopólio internacional (Autopista Litoral Sul ou Autopista do Planalto) o recebimento de pedágio.

Na BR-116 há três pedágios em território catarinense e não há nenhum quilômetro duplicado, aliás, nenhum metro de duplicado. Na BR-116 nada foi duplicado e estão cobrando um pedágio que é quase três vezes mais caro do que o pedágio da BR-101. O posto de pedágio de Palhoça está lá porque o trecho da BR-101 que a OHL ganhou em Santa Catarina é o que vai do rio Cubatão até Curitiba, no Paraná, e abrange quatro praças de pedágio dentro do território catarinense, Palhoça, Porto Belo, Araquari e Garuva, e uma apenas no Paraná.

O anel de contorno viário de Curitiba já foi feito. Cumpriram o compromisso no Paraná, onde só existe uma praça de pedágio, mas em Santa Catarina não cumpriram o termo de contrato. E ao invés de os órgãos de regulação fiscalizarem e autuarem as empresas, concordaram com o cancelamento do projeto anterior, que previa a construção de um contorno em forma de meia-lua, porque do outro lado está o oceano Atlântico. Ao invés de passar por onde está passando, passaria por trás dos morros, fora da área urbana de São

José, de Biguaçu, de Palhoça, até São Pedro de Alcântara.

Catarinenses, o projeto original dessa alça de contorno tinha 49km de extensão. Já o projeto que está em discussão - e talvez demore mais alguns anos para ficar pronto - prevê um contorno de 26km, praticamente a metade do anterior, ou seja, será feito um contorno menor, um contorno que passa mais perto, provavelmente por dentro da área urbana dessas cidades que citei.

"Nós temos que instituir pedágios porque o poder público sozinho não dá conta", dizem alguns. Mas, de qualquer forma, é o poder público que está fazendo tudo ou não? E foram convidados para vir esclarecer o que a Autopista Litoral Sul fez em obras no trecho norte da BR-101, esse trecho sobre o qual já estamos pagando pedágio há mais de um ano e que está pior hoje do que estava há dez anos!

As faixas paralelas previstas para algumas cidades não foram construídas. Em Itajaí isso se torna muito grave porque ali há entrada e saída de caminhões para o porto. Os caminhões saem a 10km/h e entram diretamente na via de rolamento, onde os veículos estão transitando a 100km/h. Há, inclusive, um risco bastante alto de acidentes, além da diminuição da velocidade geral da rodovia em toda aquela região.

Eu não sei mais o que falar desta tribuna porque estamos há quatro anos falando nisso. E falar por falar, todos vêm aqui e fazem isso. Aliás, estive na audiência pública de ontem e não falei, deputado Nilson Gonçalves. Logo eu, que geralmente me inscrevo e falo em todos os eventos a que compareço. Mas não, fiquei sentado somente ouvindo, porque quando outros deputados, lideranças da sociedade civil organizada vêm aqui, detonam e falam das coisas que temos falado durante todo esse tempo, temos somente que fazer isso.

A população é vítima do processo de subordinação do poder público no Brasil. E eu não estou criticando o governo federal, esse ou aquele. Estou criticando todos! A população é vítima do processo de subordinação e de subjugação do poder público, segundo interesses do monopólio.

Por que o estado não tem uma empresa pública de construção de rodovias? Quero ver se não jogaria o preço desses contratos lá para baixo! Por que os poderes públicos municipal e estadual não têm uma empresa pública de transporte coletivo para ver se começam a resolver o problema?

Isso tudo tem que ser debatido com a nossa...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 132, de 31 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0299/2011,

RESOLVE: com fundamento no Art. 1º, parágrafo 19 da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **MARIO EDUARDO BARZAN**, matrícula n.º 1266, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-43, a contar de 16 de fevereiro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 133, de 31 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **FLORINDO TESTONI FILHO**, matrícula nº 1746, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2011 (Deputado Maurício Skudlark).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 134, de 31 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora, **JULIANA SCHAPPO FERMINO**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria Financeira.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 135, de 31 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1436/2008,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 07 de agosto de 2008.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 136, de 31 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0236/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ELEVAR ADICIONAL DE EXERCÍCIO do servidor **RAUL JOSE LUMMERTZ FILHO**, matrícula nº 1392, ocupante do cargo de

Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, concedido pelo Ato da Mesa nº 234, de 12 de novembro de 2008, de 50% para o correspondente a 60% (sessenta por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e do código do cargo em comissão, PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 137, de 31 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1992/2010,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR ao servidor **FABIO SOUSA QUEIROZ**, matrícula nº 6304, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 16 de dezembro de 2010, tornando sem efeito o Ato da Mesa nº 090/2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 138, de 31 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0229/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR ao servidor **JOSÉ SOUZA FILHO**, matrícula nº 2211, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 1º de março de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 139, de 31 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0268/2011,

RESOLVE: **CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **ERADIO MANOEL GONÇALVES**, matrícula n.º 0929, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, código PL/ASI-62, a contar de 03 de março de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 140, de 31 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0148/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária, à servidora **LUCIA DE FATIMA MARTORANO VIEIRA MAES**, matrícula n.º 0605, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 14/12/2010

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dez, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Neroci da Silva Raupp. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt Junior, aprovado parecer exarado ao Ofício LPP nº 033/2010, de 07/12/2010, Interessado: Deputado Silvio Dreveck - Líder da Bancada do PP "solicita esclarecimentos sobre Medida Provisória nº 185/2010" e o encaminhamento do Diretor Geral da ALESC em 17/11/2010, Interessado: Diretor Ruy Queluz - Jornal A Voz de Brusque "Lei nº 14.923, de 23 de outubro de 2009". Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Consultores presentes. Sala das sessões, 14 de dezembro de 2010.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1766ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1766ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovadas a ata da sessão anterior. 1) Processo em regime de Vista: Processo nº 1436/08, de Walter da Luz, relator Dr. José Buzzi, aprovado por unanimidade o parecer voto vista, Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0359/11, de Joelci Tiscoski; Processo nº 0236/11, de Raul José Lummertz Filho e Processo nº 0243/11, de Sidney Pacheco. 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0360/11, de Edson Luis Fronza; Processo nº 0362/11, de Adriana Vieira Brigido e Processo nº 0299/11, de Mario Eduardo Barzan. 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0356/11, de Anibal Cantalício Estanislau; Processo nº 0358/11, de Wagner Pereira Pizzetti; Ofício nº 286/2011 - 17/03/2011, Mandado de Segurança nº 2010.019682-1 - Impetrante: Elizabete Olinda Guerra e outros - Impetrado: Presidente da ALESC "Adicional de insalubridade", e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Sérgio Augusto Machado o Processo nº 0127/11, de Paulo Henrique Rocha Faria Junior. 5) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0349/11, de Valter José de Andrade; Processo nº 0361/11, de Marcelo Cesio Soares; Processo nº 0334/11, de John Martins Viana; Processo nº 0354/11, de Renei Carlos Rachadel e Processo nº 0268/11, de Eradio Manoel Gonçalves. 6) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0285/11, de Carlos Antônio Blosfeld; Processo nº 0276/11, de Roger Luiz Siewerd; Processo nº 0278/11, de Nara Patrícia Ramos Cordeiro; Processo nº 0280/11, de Marlete Schmitt Stahelin; Processo nº 0281/11, de Mariângela Mella; Processo nº 0305/11, de Bárbara Zilli Wagner Matos e Processo nº 0348/11, de Alaocage Eli Samborski. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade pelo indeferimento a Consulta - Ofício CL nº 071/2011 - 25/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato de Inexigibilidade de Licitação para exame e aprovação - Editora Insular Ltda.". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia trinta (30) de março. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 28 de março de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1767ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1767ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovadas a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2045/10, de Luiz Manoel Lopes Vieira; Processo nº 0365/11, de Mario Carlos Goulart; Processo nº 0374/11, de Luiz Cesar Veríssimo; Processo nº 0381/11, de Nivaldo Cesar Senes Santos e a Consulta - Ofício CL nº 030/2011 - 24/02/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Protocolo de intenções da Fundação de Educação e Administração Pública de Itajaí e ALESC". 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade as Consultas: Ofício nº 2.400/2011 - 11/03/2011, Interessado: Reinaldo Gomes Ferreira "Acumulação de cargos públicos de Volmar Gandolfi, de Palmitos/SC" e a Ofício nº 034/2011 - 02/03/2011, Interessado: Diretoria Financeira da ALESC "quais os procedimentos a serem adotados no pagamentos do Contrato nº 067/2010-00 - Construtora Espaço Aberto Ltda." 3) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0370/11, de Felipe Antonio Damo; Processo nº 0372/11, de Israel Erbs e Processo nº 0398/11, de Fernando José Althoff. 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0371/11, de Tatiani Magalhães; Processo nº 0373/11, de Lucia de Fátima Martorano Vieira Maes e Processo nº 0377/11, de Roberson Dornbusch. 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0355/11, de Bernadete Rebello de Souza; Processo nº 0357/11, de Eduardo Goulart Nunes; Processo nº 0369/11, de Edgar Antonio Romann; Processo nº 0378/11, de Marta Lucia Massolini Lippel; Processo nº 0379/11, de Altemir Bez; Processo nº 0302/11, de Martim Afonso Palma de Haro e Processo nº 0242/11, de João Ari dos Santos Dutra. Cotinuando, do mesmo relator foi retirado de pauta o Processo nº 0149/11, de Diogenes Domingos Grigolo. 6) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade aos processos: Processo nº 0376/11, de João Antonio da Silva; Processo nº 0380/11, de Fredolino Becker; Processo nº 0400/11, de Ronaldo Rolnei Souza; Processo nº 0273/11, de Moacir Sacenti e Processo nº 0339/11, de Maria de Fátima Barreto Becker. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia quatro (04) de março. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 30 de março de 2011.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DEFESA CIVIL DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia dois de março de dois mil e onze, reuniram-se os Senhores Deputados Angela Albino, Manoel Mota, Aldo Schneider, Dado Cherem, Dirceu Dresch, José Nei Ascari, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Defesa Civil. Os trabalhos foram Presididos pelo Deputado Kennedy Nunes, em obediência ao Regimento Interno, solicitou inscrição dos candidatos a Presidência, onde houve a inscrição do Senhor Deputado Kennedy Nunes que foi eleito por unanimidade, em seqüência o mesmo passou a presidir a presente reunião e solicitou a inscrição de candidatos a Vice-Presidência. Como não houve consenso em relação à Vice-Presidência, a eleição para o cargo, ficará para a próxima reunião ordinária. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Kennedy agradeceu aos Deputados Membros, comunicou que esteve com o Senhor Geraldo Althoff, Secretário de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina e que na próxima reunião da comissão contará com a presença dele e de membros de banco japonês. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Martha Gonzaga, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente

ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e membros presentes. Florianópolis em dois de março de dois mil e onze.

Deputado Kennedy Nunes
Deputado Aldo Scheneider
Deputada Angela Albino
Deputado Manoel Mota
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Dado Cherm
Deputado José Nei Ascari

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DO LIVRO INTITULADO DE "SANTA CATARINA, ALÉM DO OLHAR".

DATA: 12/04/2011 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 12 de abril de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 30 de março de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EDITAL

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - 2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, através do seu Presidente Deputado Gelson Merisio com base na Lei nº 12.918 de 23 de janeiro de 2004, torna público que está abrindo inscrições para Concessão do Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina e do Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC - às empresas privadas e entidades com fins não econômicos.

DAS INSCRIÇÕES: As inscrições terão início dia 01 de abril de 2011 e o término dia 30 de junho de 2011. Deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet no endereço eletrônico, adotando um dos modelos ali constantes.

O Edital poderá ser retirado no site da ALESC (www.alesc.sc.gov.br), link "LICITAÇÃO" e no endereço eletrônico <http://alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial>.

Florianópolis, 30 de março de 2011.

Deputado Gelson Merisio
Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 044/2011

REFERENTE: 6º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 009/2010-00, celebrado em 02/02/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Indobel Assinatura, Leitura e Publicação Ltda. Me

OBJETO: Supressão de 02 (duas) assinaturas do Jornal do Brasil e o reajustamento de 6,15% (seis vírgula quinze por cento) nas assinaturas do Jornal A Notícia.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I alínea "b" e inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

VALOR MENSAL: R\$ 13.239,35

Florianópolis, 28 de março de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Rosely Much- Indobel Ltda-Me

*** X X X ***

EXTRATO Nº 045/2011

REFERENTE: 2º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 042/2010-00, celebrado em 04/08/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Taf Distribuidora Ltda.

OBJETO: Atender o pleito da Coordenadoria de Recursos de Materiais da ALESC e acrescentar 25% (vinte e cinco por cento) ao objeto do contrato original com vistas ao fornecimento de mais 375 kg de café/ano, totalizando 1.875 Kg de café/ano.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93; Item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato original e, Autorização administrativa.

VALOR GLOBAL: R\$ 27.937,50

Florianópolis, 28 de março de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Tarciso Vidal Lohn- Sócio Administrador da Taf

*** X X X ***

EXTRATO Nº 046/2011

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 051/2010-00, celebrado em 23/09/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Result Consultoria e Administração de Negócios S/C Ltda.

OBJETO: Promover, nos termos da reivindicação da CONTRATADA e a devida vênua da Diretoria financeira da ALESC, alteração no item 3.2.1 do Contrato original em face dos serviços contratados possuírem natureza diferente, inclusive com alíquotas de impostos diferenciadas, exigindo a emissão de Notas Fiscais distintas.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "c" da Lei nº 8.666/93; Cláusula Oitava, item 8.1 do Contrato original e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 18 de março de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Douglas José Alexandria Rocha- Diretor Executivo

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 041/11

ASSOCIAÇÃO SANTA LUIZA DE MARILLAC

Joinville, 17 de março de 2011.

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

MENSAGEM Nº

Vimos através deste, encaminhar a Vossa Excelência o Balanço Financeiro Anual e o Plano de Ação da **Associação Santa Luiza de Marillac**, referente ao exercício de 2010 (dois mil e dez), para sua apreciação e posterior aprovação.

Atenciosamente,

Aurélia Maria Silvy

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 042/11

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CURITIBANOS

ABCC OF. Nº 002/2011

Curitiba, 23 de março de 2011.

Excelentíssimo Senhor,

GELSON MERISIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos a fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Curitiba, CNPJ 03.481.229/0001-83, com endereço para correspondência na Rua Altino Gonçalves de Farias, 1500, São Francisco - Curitiba, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 11.321 de 28 de dezembro de 1999.

Pede Deferimento,

ULYSSES GABOARDI FILHO

Presidente da Associação de Bombeiros

Comunitários de Curitiba

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 043/11**CENTRO EDUCACIONAL CRIANÇA FELIZ**

Ofício nº 06/2011 Joinville, 20 de março de 2011

**A/C ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RUA JORGE LUZ FONTES 310 - CENTRO
88020-900 - FLORIANÓPOLIS/SC**

O Centro Educacional Infantil Criança Feliz esta encaminhando através deste ofício os seguintes documentos:

- Relatório de atividades 2009 - 2010
- Balanço Patrimonial 2009 - 2010

Obs. As documentações de 2009 foi enviado para o endereço Rod. SC 401 - Km 5.4600 - Saco Grande - 88032-00.

Não consegui recuperar a documentação com o setor de protocolos, então estou encaminhando novamente a documentação conforme foi orientado pelo atendente.

Para atualização do **Título De Utilidade Pública Estadual**.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos, elevando nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,

VALÉRIA DELLA GIUSTINA

Presidente do
CEI Criança Feliz

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 044/11**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ**

Timbó, 23 de Março de 2011.

Of Nº 032/2011.

Ilmo. Sr. Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE de Timbó SC, está encaminhando os documentos abaixo solicitados, para continuar mantendo a Lei da Utilidade Pública Estadual.

I - Relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - Atestado de Funcionamento Atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - Balancete Contábil.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Cordialmente,

Elisabeth Germer

Presidente da APAE de Timbó/SC

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 045/11**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE****Escola Especial "Nossa Senhora das Graças"**

Ofício nº 018/2011 São Lourenço do Oeste, 22 de março de 2011

À

Sra Duda

Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC

Prezada Senhora,

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Senhoria, prestação de contas da **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**, conforme Lei 15.125.

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil.

Sendo o que se apresenta para o momento despedimo-nos e colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos se necessário for.

Atenciosamente,

Ademir Mariani

Presidente da Associação de
Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 046/11**ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE PALMA SOLA**

ABCPS OF. Nº 002/2011

Palma Sola, 21 de março de 2011.

Excelentíssimo Senhor.

GELSON MERISIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos a fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Palma Sola, CNPJ 07.895.912/0001-18, com endereço para correspondência na Rodovia SC 471, Km 13, Distrito Industrial - Fone/Fax: 49 3652 0814 - CEP 89985-000, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 1506 de 18 de abril de de 2006.

Pede Deferimento,

JOSÉ MANTELLI

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 047/11**Escoteiros do Brasil**

Of. UEB-SC Nº 036/11

Florianópolis, 28 de março de 2011.

Ao

Sr. Deputado Estadual Gelson Merisio

MD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Atendendo o disposto no Art. 3º da Lei 14.182, de 01 de novembro de 2007, estamos encaminhando em anexo os seguintes documentos:

- Relatório anual de Atividades 2010;
- Certidão de funcionamento e regularidade com os relatórios anuais, emitida por órgão legislativo municipal;
- Balanço Patrimonial;

Sendo o que tínhamos para o momento, e colocamo-nos à disposição, despedimo-nos com o nosso fraternal.

Sempre Alerta para Servir!

Roberto Murilo Coutinho

Gerente do Escritório Regional

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1707, de 29 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR INES WOLLINGER DA CONCEICAO, matrícula nº 4027, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1754, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GERT STAUDINGER**, matrícula nº 6396, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1755, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GERT STAUDINGER, matrícula nº 6396, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1756, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **GREICI SOUZA**, matrícula nº 4295, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1757, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GREICI SOUZA, matrícula nº 4295, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1758, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JACY SIMAO**, matrícula nº 2491, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1759, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JACY SIMAO, matrícula nº 2491, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1760, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LEANDRO DE ABREU RAFAELI**, matrícula nº 6251, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-

63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1761, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEANDRO DE ABREU RAFAELI, matrícula nº 6251, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1762, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARLI FRONZA ZLUHAN**, matrícula nº 6769, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1763, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARLI FRONZA ZLUHAN, matrícula nº 6769, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1764, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIZ KORB**, matrícula nº 6544, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1765, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ROSELEI MARIA RACHADEL SARTORI**, matrícula nº 0611, na Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1766, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS**, matrícula nº 2022, no Gabinete do Deputado José Milton Scheffer.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1767, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 004/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	
2543	Juçara Helena Rebelatto	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1769, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **BEATRIZ HAUERBACK WEINERT**, matrícula nº 5717, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1770, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIZ BERNARDO MANN**, matrícula nº 4656, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1771, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR OSCAR BRUNS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1772, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ILDEMAR JOSE WEINERT, matrícula nº 4524, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1773, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GABRIEL HENRIQUE CORREA DE MACHADO**, matrícula nº 6628, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1774, de 31 março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDERSON GIOVANI GAVA, matrícula nº 5174, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1775, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MYRELLE GUEDES DA FONSECA NEVES MACHADO**, matrícula nº 5589, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1776, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MYRELLE GUEDES DA FONSECA NEVES MACHADO, matrícula nº 5589, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1777, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RENE LUIZ SANTIN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Marcos Vieira).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1778, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR NEIDE MARIA DE CAMPOS, matrícula nº 6373, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (MD - 2ª Secretaria).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1779, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no Ato da Mesa nº 174, de 30 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **CIRO SILVEIRA**, matrícula nº 1500, para secretariar os trabalhos da Comissão de Sindicância nº 001/2011, instituída pela Portaria nº 1721, de 29 de março de 2011.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1780, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDUARDO SAMUEL DE SOUZA**, matrícula nº 6702, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1781, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDUARDO SAMUEL DE SOUZA, matrícula nº 6702, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1782, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **FLÁVIA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS**, matrícula nº 6697, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1783, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FLÁVIA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS, matrícula nº 6697, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1784, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GESSI EDSON LANZARIN**, matrícula nº 6699, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1785, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GESSI EDSON LANZARIN, matrícula nº 6699, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1786, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VANDERLEI MARTINS VIANA**, matrícula nº 6698, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1787, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VANDERLEI MARTINS VIANA, matrícula nº 6698, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1788, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ZEILA SOUZA LARROSA DA SILVA**, matrícula nº 6728, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1789, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ZEILA SOUZA LARROSA DA SILVA, matrícula nº 6728, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Volnei Morastoni).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1790, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GIOVANI ROZA**, matrícula nº 3288, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1791, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GIOVANI ROZA, matrícula nº 3288, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1792, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **AVELINO PAULO BAMPI**, matrícula nº 5770, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1793, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANTONIO DA ROSA**, matrícula nº 6351, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1794, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EUCLIDES SANTO DA SILVA**, matrícula nº 6267, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1795, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EUCLIDES SANTO DA SILVA, matrícula nº 6267, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1796, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **FABIANA FELISBINO**, matrícula nº 6419, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1797, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FABIANA FELISBINO, matrícula nº 6419, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1798, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CLAUDIONOR DE MACEDO**, matrícula nº 6790, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1799, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CLAUDIONOR DE MACEDO, matrícula nº 6790, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1800, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DIRLEI TERESINHA MAGNANI CAMPOS**, matrícula nº 2919, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Neodi Saretta).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1801, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DIRLEI TERESINHA MAGNANI CAMPOS, matrícula nº 2919, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Neodi Saretta).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1802, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CLAUDENIR LEANDRO GAZZONI**, matrícula nº 2979, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1803, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CARVALHO**, matrícula nº 5095, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1804, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CARVALHO, matrícula nº 5095, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1805, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FERNANDO COELHO CORREIA**, matrícula nº 5679, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1806, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FERNANDO COELHO CORREIA, matrícula nº 5679, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1807, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JULIANO GIASSI GOULART**, matrícula nº 5425, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1808, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JULIANO GIASSI GOULART, matrícula nº 5425, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1809, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RENATO VIANA DA SILVA**, matrícula nº 3630, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1810, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **GABRIELLA DA SILVA ROSA PEREIRA**, matrícula nº 6284, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1811, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GABRIELLA DA SILVA ROSA PEREIRA, matrícula nº 6284, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1812, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **SIUVESTER SANTOS FELIX**, matrícula nº 6136, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de abril de 2011 (Liderança do PDT).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1813, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SIUVESTER SANTOS FELIX, matrícula nº 6136, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Liderança do PDT).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1814, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **RENATA FERRACINI RODRIGUES**, matrícula nº 5466, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de abril de 2011 (Liderança do PDT).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1815, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RENATA FERRACINI RODRIGUES, matrícula nº 5466, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Liderança do PDT).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1816, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº 483, de 04 de fevereiro de 2011, que nomeou **CESAR AUGUSTO CRUZ**, para exercer cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, no Gabinete do Deputado Serafim Venzon.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1817, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ANGELA MARIA DE OLIVEIRA PEDERNEIRAS**, matrícula nº 1758, no Gabinete do Deputado José Nei Alberton Ascari.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1818, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0421/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **DIRLENE ROSSONI**, matrícula nº 6574, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18 de março de 2011.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1819, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **WALMOR BITTENCOURT CORREA**, matrícula nº 0613, no Gabinete do Deputado Darci de Matos.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1820, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Deputada Dirce Heiderscheidt **LUIZ CARLOS ZAIA**, servidor do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, colocado à disposição na Assembleia Legislativa, sob a égide do 1º Aditivo do Termo de Cooperação CL nº 005/2008.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1821, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2132	JOAO BATISTA PEREIRA	90	14/03/11	0419/11
1363	MIRIAM A. DE ATHAYDE FURTADO KRIEGER	30	14/03/11	0422/11
2188	LUIZ HENRIQUE BONATELLI DE MELO	15	21/03/11	0420/11
2134	MADALENA SCHMIDT PIONER	30	25/03/11	0423/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1822, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº
0605	LUCIA DE F. MARTORANO VIEIRA MAES	01/03/06 28/02/11	0373/2011
0915	LUIZ CESAR VERISSIMO	12/12/05 11/12/10	0374/2011
0972	JOAO ANTONIO DA SILVA	02/03/06 01/03/11	0376/2011
1704	ROBERSON DORNBUSCH	01/03/06 28/02/11	0377/2011
2071	MARTA LUCIA MASSOLINI LIPPEL	02/03/06 01/03/11	0378/2011
2083	ALTEMIR BEZ	02/03/06 01/03/11	0379/2011
0427	FREDOLINO BECKER	04/03/06 03/03/11	0380/2011
0962	IVALDO CESAR SENES SANTOS	03/03/06 02/03/11	0381/2011
0521	FERNANDO JOSE ALTHOFF	08/03/06 07/03/11	0398/2011
0967	RONALDO ROLNEI SOUZA	05/03/06 04/03/11	0400/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1823, de 31 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
BERNADETE REBELO DE SOUZA	1451	3%	33%	19/03/11	0355/11
EDUARDO GOULART NUNES	4149	3%	3%	15/03/11	0357/11
MARIO GOULART	2776	6%	6%	01/03/11	0365/11

EDGAR ROMANN	ANTONIO	2968	3%	3%	01/02/11	0369/11
FELIPE ANTONIO DAMO		3464	3%	3%	11/03/11	0370/11
TATIANI MAGALHAES		4575	3%	6%	10/02/11	0371/11
ISRAEL ERBS		5186	3%	3%	03/02/11	0372/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 090/11**

Dispõe sobre procedimentos para orientação nas BRs do estado de Santa Catarina, em virtude de possíveis congestionamentos nas vias, por reparos ou obras pré-estabelecidas.

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos e normas para a utilização de avisos aos usuarios das rodovias para evitar possíveis congestionamentos.

Art. 2º As obras em rodovias deverão ser previamente avisadas com o prazo de no mínimo 7 (sete) dias de antecedência, para que o usuario possa se programar alternado rotas.

I - Identificação clara e em lugares estratégicos de placas, sinais luminosos, out-doors, de forma que sua finalidade seja facilmente compreendida pelos usuarios da via.

II - Manter a disposição da fiscalização:

- Identificação dos empreiteiros da obra.
- Marca e registro junto ao DNIT.

Art. 3º Os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata esta lei devem fixar cartazes ou comprovar que forneceu material para os usuario principalmente informando sobre os riscos decorrentes da execução dos procedimentos.

Parágrafo Único - A autorização que trata o caput deste artigo deverá ficar em arquivo próprio durante 3 (três) anos, pelo profissional que realizou o procedimento.

Art. 4º A responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da lei, fica a cargo da Gerência do DNIT do Município.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta lei, sujeitará o infrator as penalidades previstas na legislação do Município que dependendo da responsabilidade apurada poderá ser de:

- advertência
- multa 2% do valor do contrato
- cancelamento da licitação.

§ 1º - Os valores das multas e demais condições exigíveis para aplicação das penalidades serão definidos em regulamentação, a ser editada pelo poder executivo no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta lei.

§ 2º - Fica concedido o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação da regulamentação desta lei, para os responsáveis para se adaptarem às suas exigências.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões,
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 30/03/11

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem por finalidade regulamentar as obras em rodovias do Estado de Santa Catarina.

Não somente o Brasil, mas o mundo esta enfrentando o problema chamado engarrafamento. Viagens que eram feitas em poucas horas, estão se transformando em verdadeiros martírios. Muitos engarrafamentos são causados por conta das manutenções das estradas. As empresas licitadas, na execução de suas obras, não se preocupam com as formações de engarrafamentos.

Segunda e Revista Superinteressante (Edição 213/2005), em pesquisa publicada em 2004 mostrou que a cada doze ataques cardíacos masculinos, um tem relação com engarrafamento culpa da associação de estresse e contato com poluição.

O problema de engarrafamento pode ser amenizado, desde que alternativas sejam buscadas. Entre as alternativas pretende-se a apresentação de Projeto de Lei no sentido de obrigar as empresas licitadas a fixarem placas sinalizando o tempo de duração da obra, informação que deve ser feita com antecedência.

A sinalização permitirá aos usuários mudanças de rotas, horários, reduzindo o número de veículos nas estradas por ocasião das reformas. Ainda, a sinalização do tempo da execução das obras permitirá aos usuarios o exercício da cidadania.

Ainda, que o site oficial do DETER mantenha um campo informativo a cerca do início e término das obras nas rodovias do Estado de Santa Catarina.

Os Processos licitatórios deverão constar a obrigatoriedade da fixação da placas informativas a cerca do início e término das obras, com fixação no local da obra com anterioridade ao início em pelo menos dez dias.

Por isso a regulamentação é necessária, esse ato (e a conseqüente fiscalização) é a diferença entre prevenir ou socorrer

Pelos motivos dissertados e demonstrados de real e veemente necessidade de apoio, propomos o presente contando com os apoios dos nobres pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 091/11

Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de assistência psicológica aos servidores que atuam na segurança pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir programa de assistência psicológica aos servidores que no exercício de suas funções, se envolvem em ocorrências de alto risco, pertencentes aos seguintes órgãos de segurança pública do Estado de Santa Catarina:

- I - Polícia Militar
- II - Polícia Civil
- III - Corpo de Bombeiros Militar
- IV - Administração Penitenciária

Art. 2º O servidor que se envolver em ocorrência de alto risco será afastado temporariamente de suas funções e encaminhado para acompanhamento psicológico adequado.

Art. 3º O acompanhamento psicológico do servidor será realizado por profissionais credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde e registrados no Conselho Regional de Psicologia.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe sobre o programa de assistência psicológica aos servidores que atuam na segurança pública do Estado de Santa Catarina.

O presente projeto de lei tem por objetivo dar melhores condições de recuperação psicológica aos agentes da segurança pública quando necessário.

Nesse sentido, toda a forma de assistência psicológica a esses servidores é de suma importância e para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se mister o apoio dos nobres Pares para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 092/11

Determina a criação do Programa de Terapias Complementares Alternativas nas unidades de saúde e nos hospitais mantidos pelo Poder Público ou a ele vinculados no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica determinada a criação do Programa de Terapias Complementares Alternativas nas unidades de saúde e nos hospitais mantidos pelo Poder Público ou a ele vinculados, para o atendimento da população do Estado de Santa Catarina, com vistas ao seu bem estar e a melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. Entende-se como Terapias Complementares Alternativas as Terapias Holísticas/Naturais ou todas as práticas de promoção de saúde e prevenção de doenças que utilizem, basicamente, recursos naturais.

Art. 2º Constituem objetivos do Programa de Terapias Complementares Alternativas:

I - a promoção da saúde e a prevenção de doenças através de práticas que utilizam basicamente recursos naturais;

II - a implantação de Terapias Complementares Alternativas junto às unidades de saúde e hospitais públicos do Estado, dentre as suas diversas modalidades, tais como: Massoterapia, Fitoterapia, Terapia Floral, Acupuntura, Homeopatia, Reiki, Hidroterapia, Cromoterapia, Aromaterapia, Oligoterapia, Geoterapia, Quiropraxia, Iridologia, Hipnose, Trofoterapia, Musicoterapia, Naturologia, Ortomolecular, Ginástica Terapêutica, Terapias da Respiração, entre outras;

III - o estímulo à utilização de técnicas de avaliação energética das terapias naturais;

IV - a divulgação dos benefícios decorrentes das terapias naturais.

Art. 3º As modalidades terapêuticas adotadas através do Programa de Terapias Complementares Alternativas deverão ser

desenvolvidas por profissionais devidamente habilitados e inscritos nos respectivos órgãos de classe municipal, estadual ou federal.

Art. 4º A Secretaria de Estado de Saúde orientará e supervisionará o Programa a que se refere esta Lei.

Art. 5º Para execução do disposto nesta Lei o Poder Executivo Estadual poderá celebrar convênios com órgãos federais e municipais, bem como com organizações não governamentais.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

JUSTIFICATIVA

As Terapias Complementares Alternativas são conhecidas pela população e reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério do Trabalho.

A busca de uma melhor qualidade de vida e a necessidade de autoconhecimento e de crescimento pessoal e espiritual não são os únicos motivos pelos quais se recorre às terapias alternativas. Muitas vezes, o descontentamento com terapias convencionais é fator determinante nesta decisão. Isto porque, algumas terapias complementares, além de neutralizarem efeitos colaterais indesejados e retardarem o avanço da doença, colaboram para que o tratamento alopático obtenha resultados mais rápidos e eficientes.

Por outro lado, a falta de informação e atitudes inadequadas de alguns pseudo profissionais são fatores que contribuem para uma idéia equivocada sobre as terapias alternativas e aqueles que as ministram. Uma vez que as terapias alternativas lidam com o campo de energia do ser humano, atuando em um só tempo nos corpos físico, emocional, mental e espiritual, é comum ser confundida com alguma prática religiosa. E nisto reside o grande obstáculo em reconhecê-la como ciência. Também o fato de algumas pessoas participarem de cursos de finais de semana e a partir daí se titularem terapeutas, dificulta a valorização dos profissionais que atuam nesta área.

Em vários países do mundo, e também no Brasil, a prática da acupuntura, da homeopatia, do reiki, da fitoterapia e de terapia afins está hoje muito disseminada, sendo utilizada por uma parcela considerável da população que busca a solução para vários problemas de saúde, sendo que o número de profissionais que atuam nesta área também é significativa.

Sendo esta uma alternativa para uma vida saudável e, considerando que a saúde é dever do Estado, apresentamos este projeto com o objetivo de fazer com que o Poder Público não fique alheio ao tema e crie instrumentos adequados para que a população possa usufruir dos conhecimentos dos especialistas na prática de terapias afins, sobretudo, destas mencionadas no projeto.

Assim sendo, e considerando a crescente demanda da população por essas práticas, apresentamos este projeto com a certeza de que a medida nele contida represente um avanço no tocante ao estabelecimento de uma política de saúde mais abrangente.

Portanto, conto com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 093/11

Assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber as faturas de pagamento do consumo mensal dos serviços públicos de telefone, energia elétrica e água confeccionadas no sistema *braille*.

Art. 1º Fica assegurado aos portadores de deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento do consumo mensal dos serviços públicos de telefone, eletricidade, gás e água confeccionados no sistema *braille*.

§ 1º Considera-se para efeitos desta Lei, conforme Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004:

I - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;

II - a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;

III - os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; e

IV - a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

§ 2º Para fins do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, as concessionárias e permissionárias deverão divulgar permanentemente aos usuários, mediante meios próprios adequados à sua deficiência visual, a disponibilidade do serviço.

§ 3º Para o recebimento dos boletos de pagamento confeccionados em *braille*, o portador de deficiência visual deverá efetuar a solicitação na empresa prestadora do serviço, onde será feito o seu cadastramento.

§4º Ficam as empresas prestadoras dos serviços públicos referidos no *caput* obrigadas a constituir um cadastro específico dos clientes habilitados ao recebimento da conta impressa no método *braille* de leitura.

Art. 2º As empresas concessionárias dos serviços referidos no *caput* do art. 1º dispõem do prazo máximo de noventa dias, contados da vigência desta Lei, para se adequarem às disposições nela estabelecidas.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei ensejará multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da última fatura, que será revertida em favor do usuário em forma de desconto na fatura posterior.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa proporcionar aos deficientes visuais acesso às informações constantes nas contas de serviço público, por meio da adoção do sistema *braille* de leitura.

O sistema *braille* é o único método eficaz de comunicação escrita para as pessoas portadoras de deficiência visual. O acesso à informação, desde a construção dos valores que são alicerce da sociedade contemporânea, é condição fundamental para o exercício da cidadania.

A inclusão social, foco universal para a busca de uma sociedade menos desigual e voltada aos valores da cidadania consiste também no acesso aos meios de produção e consumo, o que é impossível de alcançar sem que exista acesso à informação sobre os produtos utilizados pelos portadores de deficiência visual.

Deste modo, a promoção de medidas inclusivas para a acessibilidade aos dados e informações referentes aos seus gastos mensais nas contas de prestação de serviços públicos, sem a necessidade de auxílio de terceiros, é condição *sine quo non* para a inserção dessa parcela da população no mercado de consumo e aos direitos a ele inerentes.

Muitas empresas, por livre iniciativa, têm adotado práticas adequadas à real necessidade das pessoas portadoras de outros tipos de deficiências, sem que exista norma legal que exija tal comportamento.

Por outro lado, o Código de Defesa dos Direitos do Consumidor garante ao usuário o direito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, além da adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Nada mais correto do que as concessionárias de serviço público, prestadoras de serviços de água, energia elétrica e telefonia, entre outros, aprimorarem o atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais, no caso específico, deficientes visuais, que têm direito, como consumidores e usuários, de conferir suas contas e de defender os seus interesses, o que se tornará possível com a emissão dos boletos em *braille*.

Por se tratar de medida de alto alcance social, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 094/11

Altera a Lei Estadual nº 14.890, de 22 de outubro de 2009, alterada pela Lei nº 15.372, de 17 de dezembro de 2010, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização do acesso a *internet* no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei Estadual nº 14.890/2009, de 22 de outubro de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]”

Parágrafo único. São regidos por esta Lei todos os estabelecimentos comerciais instalados no Estado de Santa Catarina que ofertam a locação de uso e o acesso a programas e jogos de computador, interligados em rede local ou conectados à rede mundial de computadores - *Internet* -, e seus correlatos.”

Art. 2º Ficam acrescentados à Lei Estadual nº 14.890/2009, de 22 de outubro de 2009, os art. 3º-A e 3º-B, com a seguinte redação:

Art. 3º-A É vedado aos estabelecimentos de que trata esta Lei:

I - permitir o ingresso de crianças sem o acompanhamento de, pelo menos, um de seus pais ou do responsável legal devidamente identificado;

II - permitir a entrada de adolescentes sem autorização escrita de, pelo menos, um de seus pais ou de responsável legal; e

III - permitir a permanência de menores de dezoito anos após a meia-noite salvo se com autorização por escrito de, pelo menos, um de seus pais ou de responsável legal.

§ 1º - Além dos dados previstos no art. 2º desta lei, o usuário menor de dezoito anos deverá informar em seu cadastro o nome de seus pais ou de seu responsável legal, o nome da instituição de ensino em que estuda e o horário (turno) das suas aulas.

§ 2º - Em período letivo não será permitida a entrada de adolescente no turno escolar indicado no seu cadastro.

§ 3º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezesesseis anos de idade incompletos.

Art. 3º -B Os estabelecimentos de que trata esta Lei devem, para o zelo e proteção à saúde da criança e do adolescente, bem como dos demais consumidores, cumprir com as seguintes normas:

I - a venda e o consumo de cigarros e congêneres são proibidos;

II - a venda e o consumo de bebidas alcoólicas são proibidos;

III - a iluminação do local deve ser adequada e instalada de forma a não prejudicar a acuidade visual dos usuários, conforme normas estabelecidas por órgão competente;

IV - os móveis e os equipamentos devem ser ergonômicos e adequados à boa postura dos usuários;

V - o volume sonoro dos equipamentos utilizados deve ser programado de forma a se adequar às características peculiares e em desenvolvimento da audição do menor de idade e;

VI - a lista de todos os serviços e jogos colocados à disposição do consumidor deve ficar exposta em local visível e conter um breve relato sobre as características de cada um deles, bem como a respectiva classificação etária.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, temos acompanhado o crescimento exponencial dos estabelecimentos comerciais que disponibilizam o acesso público à *internet*. Esse fato reveste-se de caráter positivo, por facilitar a inclusão digital de milhares de cidadãos que não dispõem de acesso próprio a esse importante meio de comunicação e informação dos dias atuais.

Mas, se por um lado esses estabelecimentos têm cumprido um importante papel na democratização da inclusão digital, por outro têm sido usados com frequência para a realização de atividades ilegais através da *internet*, por permitirem o acesso público não identificado à rede mundial de computadores.

Porém, a Lei Estadual nº 14.890, de 22 de outubro de 2009, alterada pela Lei nº 15.372, de 17 de dezembro de 2010, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização do acesso a *internet* no Estado de Santa Catarina, necessita de algumas alterações para que se tenha uma normativa acerca do acesso e da permanência de crianças e adolescentes nesse tipo de estabelecimento.

Observe-se que, a intenção é o estabelecimento de critérios mais rigorosos para a utilização dos serviços disponibilizados pelas *lan houses* e pelos *cibercafés*, conforme ficaram conhecidas as milhares de lojas desse setor comercial, espalhadas por todo o País.

Sabe-se que, os estabelecimentos em questão são normalmente frequentados por crianças e adolescentes. Ao inibir a prática de delitos, a medida em questão resguardará a segurança e a saúde dos menores, afastando os delinquentes desses estabelecimentos e, por conseguinte, de sua convivência.

Portanto, conto uma vez mais com o indispensável apoio de nossos nobres Pares à aprovação de tão importante propositura.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 095/11

Dispõe sobre a criação da Semana Estadual da Juventude Catarinense, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual da Juventude Catarinense, devendo ser celebrada na primeira semana do mês de Setembro de cada ano.

Art. 2º Os eventos alusivos a comemoração da Semana Estadual da Juventude Catarinense, deverão acontecer, sob a égide do Executivo, incluindo as entidades representativas dos jovens, em todo o Estado de Santa Catarina, por meio de seminários, simpósios, palestras, conferências e outros eventos, devendo desenvolver temas pertinentes às necessidades da juventude, sob todos os seus aspectos, com ênfase na formação profissional e cultural, pelo prisma básico de sua plena integração política e social.

Parágrafo único. Será dada prioridade sobre painéis temáticos sobre educação, emprego e renda, saúde, cultura, esportes, responsabilidade social e cidadania.

Art. 3º As ações desenvolvidas durante a Semana Estadual da Juventude deverão apresentar diretrizes de políticas de ação governamental, em todo o Estado de Santa Catarina, fazendo gerar ações determinantes, até mesmo das políticas municipais de ação social em seu conjunto.

Art. 4º Caberá ao Executivo, por meio dos órgãos competentes, organizar, nortear e publicar as conclusões consequentes de todas as sugestões oferecidas durante a Semana Estadual da Juventude Catarinense.

Art. 5º Durante a Semana Estadual da Juventude, todos os órgãos de comunicação pública do Estado de Santa Catarina, deverão reservar espaço e tempo para a publicação e a divulgação de matérias alusivas à juventude e à sua importância na vida de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

A juventude catarinense pede passagem para novos tempos, novas conquistas, desafios e acima de tudo de inovação na temática governamental.

Por isso, é necessário que o poder público estadual estabeleça políticas que visem à crescente demanda da juventude catarinense.

Assuntos diversos de interesses, sob coordenação do executivo, deverão ser abordados diretamente pelas Secretarias Municipais de Educação, entidades representativas dos jovens, sob orientação das autoridades competentes, de forma a atingir e criar um coerente programa de atendimento às necessidades e emergentes de nossos jovens.

Esperamos com este projeto, nortear os caminhos da juventude catarinense, referência de lutas, de solidariedade e acima de tudo propor alternativas políticas para os movimentos estudantis, pastorais da juventude e para entidades ligadas ao segmento em geral.

Desta forma, pretendemos despertar no Estado de Santa Catarina, a necessidade da implementação de ações de cunho político e social, voltado para a juventude catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 096/11

Institui o Dia Estadual de Anita Garibaldi.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Anita Garibaldi, a ser comemorado, anualmente, no dia 30 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, em 09 de março de 2011.

ANGELA ALBINO

Deputada Estadual - PCdoB

Lido no Expediente

Sessão de 30/03/11

JUSTIFICATIVA

Apresentamos aos nobres pares o presente projeto que objetiva homenagear a heroína dos "dois mundos": Anita Garibaldi. Mulher que, a despeito de sua condição ou da época em que viveu, ousou querer um destino diferente do que lhe fora imposto. Seria desnecessário discorrer sobre Anita Garibaldi, pois seus feitos fazem parte da história catarinense e brasileira, mas, para resgatar a história e homenagear a todos e todas que lutam por um mundo onde as mulheres caminhem com autonomia, coragem, amor e liberdade apresentamos a seguir o breve histórico.

"Apesar de ter morrido cedo, Anita, assim chamada por Giuseppe Garibaldi, adentrou para a história como heroína por sua

bravura e por ter morrido pela união da Itália. Ela teve muita fibra para um período no qual a mulher deveria ser obediente e acanhada.

Ana Maria de Jesus Ribeiro, nome legítimo de Anita Garibaldi, nasceu em 30 de agosto de 1821, em Santa Catarina, filha de Bento da Silva e Maria Antônia de Jesus Antunes. Apesar de seus pais serem pobres, foi uma menina muito bem educada. Aos 14 anos, por insistência de sua mãe, casou-se com o sapateiro Manuel Duarte de Aguiar, com quem não chegou a ter filhos.

Neste período, o sul do Brasil participou de um dos movimentos mais expressivos de nossa história, a . Descontentes com o sistema político imperial vigente, os gaúchos, comandados por Bento Gonçalves, se insurgiram, pois ansiavam por proclamar a República Catarinense - a conhecida República Juliana. Com a convicção dos moradores de Laguna, para lá se dirigiram com seus navios. A intervenção foi comandada por Garibaldi, revolucionário italiano que aportou na baía de Laguna em 22 de julho de 1839.

Aos 18 anos, Anita abandonou seu marido e fugiu com Giuseppe Garibaldi em um navio de nome Rio Pardo, para uma diligência até Cananéia. Sua estréia deu-se durante uma batalha contra Frederico Mariath em prol das causas republicanas. Em um ato de extrema coragem, atravessou em um pequeno barquinho conduzindo armamento até a área de ação.

Com o fim da República Juliana, Anita e Garibaldi rumam para o sul. Ao chegar em Santa Vitória, ela luta ao lado de Giuseppe, em 1839, na cidade de Lages e participa da Batalha dos Curitibanos, na qual é feita prisioneira; posteriormente Anita consegue fugir. Mesmo grávida de quatro meses, anda sem destino por oito dias em direção ao sul até reencontrar seu marido. Em 16 de setembro de 1840, nasce seu primogênito Domenico Menotti.

No dia 26 de março de 1842, com 21 anos, Anita e Garibaldi contraem núpcias na Igreja de São Bernardino, em Montevidéu. Nos anos que se seguem, para sustentar a família, Garibaldi passa a ensinar Matemática, História e Caligrafia. Anita ajuda no orçamento costurando para fora e aproveita a vida pacata para aprender a ler e a escrever. Teve mais três filhos: Rosita, Teresita e Ricciotti. Uma fatalidade traz tristeza à família - Rosita, com dois anos e meio, morre de difteria.

Neste mesmo período a independência do Uruguai se vê ameaçada e o então presidente Fructuoso Rivera chama Garibaldi para comandar o conjunto de todos os corpos militares de seu Exército. Garibaldi é então designado General, quando fundou a legião italiana e conseguiu muitos sucessos nas várias lutas que se sucederam.

Após a morte de Rosita, Anita decidiu entrar para a Legião com o objetivo de trabalhar como enfermeira. Em 1847 é obrigada a empreender fuga com seus filhos passando pela Itália, Gênova e Nice, sempre recebida como heroína.

Em junho de 1849, Giuseppe Garibaldi encontrava-se na liderança pela defesa da República de Roma versus os franceses. A França vence e Roma se entrega, Garibaldi não admite a derrota e vai para Veneza. Anita, mesmo grávida de seis meses, veste-se de homem e acompanha seu marido em sua última empreitada. Devido às cavalgadas noturnas, uma alimentação inadequada e noites ao ar livre, Anita adoce, porém não esmorece, só parando quando de sua morte e da criança que esperava, a 04 de agosto de 1849.

Até hoje o verdadeiro motivo de sua morte é contraditório, alguns acham que ela morreu de malária, outros acreditam em febre terciária simples, febre perniciososa ou talvez leucemia. Sua morte precoce fez Giuseppe Garibaldi sofrer muito, assim como seus compatriotas italianos, liberais, uruguaios, farrapos, brasileiros e republicanos. Pelo que se percebe, Anita foi e continua sendo muito amada por todos. Ela dá nome a dois municípios de Santa Catarina - Anita Garibaldi e Anitápolis -, a uma praça em Curitiba e a uma rua no Rio de Janeiro"

Pelo decorrido e pelo que representa Anita Garibaldi, é que propomos a criação do Dia Estadual de Anita Garibaldi, a ser comemorado sempre no dia 30 de agosto, o dia de seu nascimento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 097/11

Dispõe sobre a criação do banheiro família e dá outras providências.

Art. 1º Ficam os *shoppings centers*, supermercados, parques, estádios e ginásios esportivos, cinemas, teatros e prédios públicos do Estado de Santa Catarina, entre outros locais com grande circulação de pessoas, obrigados a ter ao menos um "banheiro família" à disposição dos usuários.

§ 1º Entende-se, para efeito do disposto no *caput*, "banheiro família" como aquele utilizado por crianças, de ambos os sexos, com menos de dez anos de idade acompanhada dos pais ou responsáveis.

§ 2º A utilização do “banheiro família” fica restrita às crianças, sendo autorizada a permanência apenas dos responsáveis.

Art. 2º Nenhuma construção ou reforma dos estabelecimentos listados no art. 1º será licenciada se o projeto não contemplar o disposto nesta Lei.

Art. 3º A obrigatoriedade da existência do “banheiro família”, nos estabelecimentos elencados no art. 1º somente será exigida para as construções ou reformas com início após a aprovação desta Lei.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta Lei acarretará as seguintes sanções:

I - multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e suspensão do Alvará de Funcionamento por trinta dias na reincidência; e

III - cassação do Alvará de Funcionamento na segunda reincidência.

Art. 5º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 31/03/11

JUSTIFICATIVA

Inicialmente, convém lembrar que em nada estamos ferindo competência constitucional com este projeto de lei, uma vez que o objeto da propositura em tela não se encontra entre aqueles que são de competência exclusiva do Governador do Estado.

Esta proposição dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação do “banheiro família” nos *shoppings* e supermercados. Banheiro família consiste num banheiro para crianças de até 10 anos de idade, onde o pai pode levar a filha e a mãe pode levar o filho, evitando-se, assim, que as crianças passem pelo constrangimento de ter que utilizar banheiros de adultos de sexo diferente do seu.

O banheiro família já é uma realidade em alguns estabelecimentos em outros Estados, e em nossa cidade alguns recebem elogios por tê-los instalados. Porém, a obrigatoriedade faz-se necessária para que todos se adéquem e nossas crianças fiquem livres de constrangimento, bem como seus pais que sentem imenso desconforto em ter que entrar com um filho ou uma filha num banheiro que não respeite a intimidade da criança. Um pai com uma filha, por exemplo, que necessite utilizar um banheiro público para a criança, quase sempre utilizará o banheiro masculino, ou então terá que solicitar a ajuda de alguma senhora, que esteja entrando num banheiro feminino, para acompanhar a criança que irá fazer as suas necessidades. É óbvio que a opção de pedir, no nosso exemplo, para uma desconhecida acompanhar a filha pode envolver riscos.

Por outro lado, psicólogos e pedagogos são unânimes em afirmar que não convém, mesmo na presença do pai ou da mãe, misturar, num banheiro público, a criança com um adulto. Para esses profissionais, a ida ao banheiro é um momento de intimidade, quando, inclusive, a criança aprende a cuidar da própria higiene.

Assim, a existência de um “banheiro família” termina com todos esses problemas.

Diante do exposto, contamos com o indispensável apoio de nossos nobres Pares para a aprovação desta propositura.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 098/11

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ACESSIBILIDADE ÀS PRAIAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica estabelecido que todas as praias situadas no Estado de Santa Catarina banhadas por mar, deverão integrar o Sistema de Acessibilidade às Praias, destinado a criar condições que viabilizem o acesso dos deficientes físicos com a construção de rampas de acesso para cadeirantes, colocação de cadeiras anfíbias nos postos de salvamento e monitores que auxiliem os deficientes físicos e as pessoas com mobilidade reduzida no deslocamento na faixa de areia e no acesso ao mar.

Art. 2º. O sistema deverá atender as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Art. 3º. Para implantação e execução desse Sistema, o Poder Executivo Estadual poderá firmar parcerias, convênios e afins com os municípios, entidades de defesa dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais e outras organizações não governamentais, universidades, empresas públicas ou privadas e entidades de classe.

Art. 4º. Esse Sistema de Acessibilidade será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias que designará a responsabilidade pela fiscalização e aplicação de penalidade em caso de descumprimento.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 31/03/11

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de atacar a questão da acessibilidade, notadamente em relação às dificuldades enfrentadas pelos deficientes físicos na integração ao lazer disponível nas praias do litoral catarinense.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 10% da população mundial apresenta algum forma de deficiência. No Brasil, são cerca de 24,6 milhões de pessoas. Procura-se com o presente, abarcar a problemática da vitimização e exclusão dos deficientes físicos na sociedade brasileira, pois se verifica por intermédio de dados coletados junto a Institutos Governamentais que esta classe não tem sido integrada na sociedade de modo a atingir a isonomia legal e social perante aos demais indivíduos.

A maior parte dos ambientes seja construída ou não, apresenta barreiras visíveis e invisíveis. Constituem-se barreiras visíveis os impedimentos concretos, entendidos como a falta de acessibilidade dos espaços. As invisíveis compõem a forma como as pessoas são vistas pela sociedade, na maior parte das vezes representada pelas suas deficiências e não pelas suas potencialidades.

O objetivo da acessibilidade é permitir um ganho de autonomia e de mobilidade a uma gama maior de pessoas, até mesmo àquelas que tenham reduzida a sua mobilidade ou dificuldade em se comunicar, para que usufruam dos espaços e das benesses que os ambientes podem lhe proporcionar.

Todas as pessoas, entre as quais se incluem as que possuem algum tipo de deficiência, têm direito ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. As praias contribuem para a inserção social, desenvolvimento de uma vida saudável e de uma sociedade inclusiva.

Para o exercício desses direitos é fundamental que as pessoas com deficiência física, conquistem alguns objetivos, como o direito a acessibilidade aos ambientes de lazer.

Deste modo, a acessibilidade tem que estar presente principalmente nas áreas de lazer, pois é expressivo o número de pessoas que restam excluídas da sociedade e ficam isoladas em suas residências e, em muitos casos, limitadas ao espaço do próprio quarto, uma vez que não dispõem de mecanismos aptos a viabilizar o acesso a esses ambientes.

É fato que o ordenamento jurídico brasileiro tem se aperfeiçoado visando à integração e equiparação de direitos de todos os cidadãos, porém a sociedade brasileira ainda ocupa uma faixa de “exclusão” se comparada às sociedades européias. Contudo, internamente, a própria sociedade não está suficientemente adequada para lidar com as diversidades e políticas de inclusão das minorias, o que deflagra uma progressão de vitimização.

Revela-se importante o envolvimento prático interdisciplinar de diversas áreas governamentais, sociais e empresariais, para a criação, manutenção e fiscalização de políticas públicas que minimizem a exclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

*** X X X ***